

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DIANE ZANIN**

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES  
MACROECONÔMICOS DE TIMOR-LESTE DESDE A INDEPENDÊNCIA**

Florianópolis  
2011

DIANE ZANIN

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES  
MACROECONÔMICOS DE TIMOR-LESTE DESDE A INDEPENDÊNCIA**

Monografia submetida ao curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal de  
Santa Catarina, como requisito obrigatório  
para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Roberto Meurer

Florianópolis

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 à aluna Diane Zanin na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Roberto Meurer  
Orientador

---

Prof. Dr. Gueibi Peres Souza

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Graciela de Conti Pagliari

## RESUMO

Zanin, Diane. **Análise da evolução dos principais indicadores macroeconômicos de Timor-Leste desde a independência.** Florianópolis, 2011. 89 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Após quase 500 anos de colonialismo e 24 anos de ocupação indonésia, a pouco menos de uma década atrás, Timor-Leste conquistou a independência tão almejada por seu povo. Atualmente, mesmo com grande parte da população vivendo abaixo da linha da pobreza, o povo timorense reconhece que a conquista alcançada por eles através do Referendo de 1999 possui um valor inestimável, possibilitando o fim da repressão, da violência gratuita e os princípios de uma nova era de desenvolvimento e liberdade para as próximas gerações. Em 2004, com a entrada das primeiras receitas originadas pela extração off-shore de petróleo no território marítimo da zona de exploração conjunta entre Timor e Austrália, o país deixou de depender dos donativos internacionais e passou a possuir capital próprio para financiar seu desenvolvimento. Assim, este trabalho busca analisar as transformações ocorridas na economia de Timor-Leste desde sua independência, em 2002, até atualmente, em 2011, através de um estudo dos seus principais indicadores macroeconômicos tais como a produção, a inflação, a balança de pagamentos, as finanças públicas, a concessão de crédito, o comércio internacional, entre outros.

Palavras-chave: Timor-Leste, ocupação indonésia, Zona de Exploração Petrolífera Conjunta, Fundo Petrolífero, indicadores macroeconômicos.

## **ABSTRACT**

After nearly 500 years of colonialism and 24 years of Indonesian occupation, a little less than a decade ago, East Timor won their own independence as desired by its people. Nowadays, even with most of the population living under the poverty line, the timorese people recognize that their accomplishment achieved through the Referendum of 1999 has an inestimable value, enabling an end to repression, violence and principles of a new era of development and freedom for future generations. In 2004, with the arrival of the first public revenues originated by off-shore oil extraction in the territorial waters of the joint exploration area between Timor and Australia, the country no longer depends on international donations and has now equity to finance its own development. This work aims to analyze the changes occurring in the economy of Timor-Leste since its independence in 2002 until today, in 2011, through a study of its main macroeconomic indicators such as production, inflation, balance of payments, the public finances, credit, international trade, among others.

**Keywords:** East Timor, the Indonesian occupation, Joint Oil Exploration Area, Petroleum Fund, macroeconomic indicators.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Localização de Timor-Leste no mundo.....	16
Figura 2: Ilha de Timor-Leste, com a divisão dos distritos.....	17
Figura 3: Delimitação marítima definida através do Tratado Timor Gap.....	33
Figura 4: Jazidas de gás e petróleo descobertas no mar de Timor.....	34

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do capital do Fundo Petrolífero (milhões de USD) .....	35
Gráfico 2: Carteira do Fundo Petrolífero .....	36
Gráfico 3: PIB não petrolífero por setor, a preços de 2000, em percentagem .....	39
Gráfico 4: Variação anual do IPC .....	40
Gráfico 5: Inflação em Díli entre Jan-2006 e Jun-2007 .....	41
Gráfico 6: Principais importadores do café timorense .....	44
Gráfico 7: Importações por país de origem .....	47
Gráfico 8: Principais mercadorias importadas (em mil USD) .....	48
Gráfico 9: Orçamento por distrito em porcentagem, 2010 .....	51
Gráfico 10: Orçamento por distrito e percentual da população abaixo da linha da pobreza em 2010 .....	52
Gráfico 11: Evolução do USD face ao SGD, ao AUD e ao EUR .....	60
Gráfico 12: Evolução do USD perante a IDR .....	60
Gráfico 13: Massa monetária: 2002 - 2011 (em milhões de USD) .....	63
Gráfico 14: Estatísticas monetárias 2003 - 2011 .....	65
Gráfico 15: Crédito ao setor privado e massa monetária: 2002 - 2011 .....	67
Gráfico 16: Taxa média de inadimplência em relação ao crédito total: 2006 - 2010 .....	72
Gráfico 17: Timor-Leste: provisões para créditos de cobrança duvidosa .....	74
Gráfico 18: Taxa média de juros dos empréstimos concedidos e taxa de inflação .....	75
Gráfico 19: Taxa real de juros dos empréstimos concedidos (em porcentagem) .....	77

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Produto Interno Bruto não petrolífero (np) 2002-2012 (milhões de USD) .....	37
Tabela 2: Exportações entre 2004 e 2010 em mil USD .....	43
Tabela 3: Importações entre 2004 e 2010 em mil USD .....	45
Tabela 4: Receitas Públicas 2002-2011 (milhões de USD).....	50
Tabela 5: Despesas Públicas 2002-2011 (milhões de USD) .....	53
Tabela 6: Balança de pagamentos 2004-2011 (milhões de USD) .....	56
Tabela 7: Concessão de Crédito por Setores Produtivos (em mil USD).....	70



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABP/BPA	Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste
ABRANGE	Associação Brasileira de Produtores de Grãos não Geneticamente Modificados
ANZ	Banco da Austrália e Nova Zelândia (Australia & New Zealand Bank)
APODETI	Associação Popular Democrática de Timor
AUD	Dólar Australiano (Australian Dollars)
BIS	Bank for International Settlements
BNU	Caixa Geral de Depósitos
CNRM	Conselho Nacional da Resistência Maubere
EUR	Euro
FALINTIL	Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste
FMI/IMF	Fundo Monetário Internacional (International Monetary Fund)
FRETILIN	Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente
IDR	Rúpia Indonésia (Indonesian Rupiah)
IMFTL	Instituição de Micro-Finanças de Timor-Leste
INTERFET	International Force in East Timor (Força Internacional para o Timor Leste)
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
JPDA	Zona de Exploração Petrolífera Conjunta
KOTA	Klibur Oan Timur Aswain (Associação Popular Monárquica Timorense)
LIBOR	London Interbank Offered Rate
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Pessoa Física
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SGD	Dólar de Singapura (Singapore Dollars)
UDT	União Democrática de Timor

UNAMET	United Nations Mission in East Timor (Missão de Assistência das Nações Unidas no Timor-Leste)
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância (originado da sigla em inglês United Nations International Children's Emergency Fund)
UNMISET	United Nations Mission Support in East Timor (Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor Leste)
UNTAET	United Nations Transitional Administration in East Timor (Administração de Transição das Nações Unidas no Timor Leste)
USD	United States Dollar
WFP	Programa Mundial de Alimentos (World Food Programme)

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	13
1.1 Tema e problema.....	13
1.2 Objetivos.....	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos .....	14
1.3 Metodologia .....	15
 2 TIMOR-LESTE: DE SEU DESCOBRIMENTO À INDEPENDÊNCIA.....	16
2.1 Timor Colônia de Portugal.....	17
2.2 Timor e a Segunda Guerra Mundial .....	18
2.3 A queda do regime autoritário português e o surgimento partidário em Timor.....	19
2.3.1 UDT – União Democrática de Timor .....	20
2.3.2 FRETILIN – Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente .....	20
2.3.3 APODETI – Associação Popular Democrática de Timor.....	21
2.4 Golpe da UDT e a Guerra civil .....	21
2.5 Os vários interesses na integração de Timor.....	23
2.6 Ocupação Indonésia.....	25
2.7 A resistência .....	26
2.8 Massacre de Santa Cruz.....	27
2.9 Crise Asiática e Referendo de 1999 .....	27
2.10 Administração Transitória.....	29
2.11 Dolarização da Economia .....	30
2.12 Timor-Leste Independente .....	30
 3 PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÔMICOS .....	32
3.1 Fundo Petrolífero.....	32
3.2 Produção .....	36

3.3 Inflação .....	39
3.4 Comércio Internacional.....	42
3.4.1 Exportações .....	42
3.4.2 Importações .....	45
3.5 Finanças Públicas .....	49
3.5.1 Fontes de Financiamento e Receitas .....	49
3.5.2 Despesas .....	52
3.6 Balança de Pagamentos .....	56
3.7 Taxas de Câmbio .....	59
3.8 Moeda .....	62
3.9 Crédito .....	66
3.10 Taxa de Juros.....	75
5 CONCLUSÃO .....	79
REFERÊNCIAS.....	83
ANEXO .....	89

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Tema e Problema

A República Democrática de Timor-Leste é um dos países mais jovens do mundo e possui uma história conturbada por seqüências de ocupações, guerras civis e desordem. Em 1975, após a Revolução dos Cravos ocorrida em Portugal, o governo português decidiu abandonar suas colônias, possibilitando que Timor-Leste se proclamasse uma nova república em 28 de Novembro de 1975. Porém, poucas semanas depois a Indonésia invadiu o país, que durante 24 anos sofreu uma das mais brutais ocupações do século XX.

Após anos de ondas de violência e com a ajuda da Organização das Nações Unidas (ONU), Timor conquistou em abril de 2001 uma eleição onde foi eleito o seu primeiro presidente da república, se tornando, oficialmente, um Estado independente e membro da ONU em 2002.

O investimento de Portugal em Timor-Leste através dos séculos foi insuficiente para que o país obtivesse condições para se desenvolver. Os investimentos em infra-estrutura da Indonésia tinham como principais interesses o melhor movimento das tropas e a descaracterização da cultura timorense, todavia, em menos de 25 anos foram maiores que os que Portugal fez em quase 500 anos (SANTOS, 2011).

A economia timorense sempre foi muito modesta e, por algum tempo, sustentou-se praticamente só de donativos internacionais. Entretanto, desde 2004, o país passou a receber as receitas provenientes da extração de petróleo e gás presentes no território marítimo de Timor conjunto com a Austrália, proporcionando que atualmente o país possua recursos financeiros próprios para financiar o desenvolvimento do país. A partir de então, a exploração de petróleo e gás transformou-se no ator principal da conjuntura macroeconômica de Timor.

Desta forma, o problema a ser analisado é a situação macroeconômica de Timor-Leste e suas transformações no decorrer destes quase dez anos de independência (de 2002 até 2011) através do estudo dos principais indicadores macroeconômicos do país, tais como a produção, a inflação, a balança de pagamentos, as finanças públicas, o comércio internacional, a concessão de crédito, entre outros.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Este trabalho tem como objetivo geral apresentar e analisar as transformações dos principais indicadores macroeconômicos de Timor-Leste no período compreendido entre sua independência, em 2002, até atualmente, em 2011.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- a) Descrever e analisar o volume e a acessibilidade do crédito em Timor, bem como os entraves ao seu crescimento;
- b) Apresentar o país, descrever brevemente suas características geográficas, além de fazer uma retomada histórica desde a descoberta da parte leste da ilha de Timor por Portugal, relatando os anos da violenta ocupação Indonésia, até a conquista da independência em 2002;
- c) Descrever a situação econômica de Timor desde a independência até atualmente, em 2011.

### **1.3 Metodologia**

Visto que o objetivo principal deste estudo consiste em realizar uma análise dos principais indicadores macroeconômicos de Timor-Leste e suas transformações no período após sua independência até os dias de hoje, para isto a metodologia utilizada possui caráter descritivo.

A metodologia de pesquisa adotada é fundamentada em levantamento bibliográfico referente à história e economia de Timor-Leste, assim sendo, são analisados os principais indicadores macroeconômicos do país tais como produção, inflação, comércio internacional, finanças públicas, balança de pagamentos, entre outros.

O recorte temporal analisado refere-se ao período após a independência do país, desde maio de 2002, até atualmente, em 2011. Entretanto, alguns dados estatísticos do período imediatamente após a independência ou referentes a 2011 estão indisponíveis, conseqüentemente, nestes casos são analisados apenas os dados disponibilizados.

A fundamentação teórica está embasada em informações contidas em livros, revistas, relatórios técnicos, dissertações e sites como é o caso de alguns sites de órgãos públicos como o da Direção Nacional de Estatística, do Ministério das Finanças, da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste, entre outros. Além destes, a pesquisa também contemplará relatórios técnicos e informativos do Banco de Portugal, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

## 2 TIMOR-LESTE: DE SEU DESCOBRIMENTO À INDEPENDÊNCIA

O Timor-Leste abrange a metade oriental da ilha de Timor, juntamente com a ilha de Ataúro, o ilhéu de Jaco e o enclave de Oecussi, que se localiza na parte Indonésia da ilha de Timor. Seu território compreende aproximadamente 15 mil km<sup>2</sup>, possui uma população de 1.066.582 habitantes (Censo 2010), portanto em Timor há 71 habitantes por km<sup>2</sup>. O país divide-se em 13 distritos: Bobonaro, Liquiçá, Díli, Baucau, Manatuto, Lautém, Cova-Lima, Ainaro, Manufahi, Viqueque, Ermera, Aileu e Oecussi. Cada distrito possui uma capital e é subdividido por subdistritos. O país tem como suas línguas oficiais o Português e o Tétum e sua capital é a cidade de Díli (GOVERNO DE TIMOR-LESTE).

Figura 1: Localização de Timor-Leste no mundo

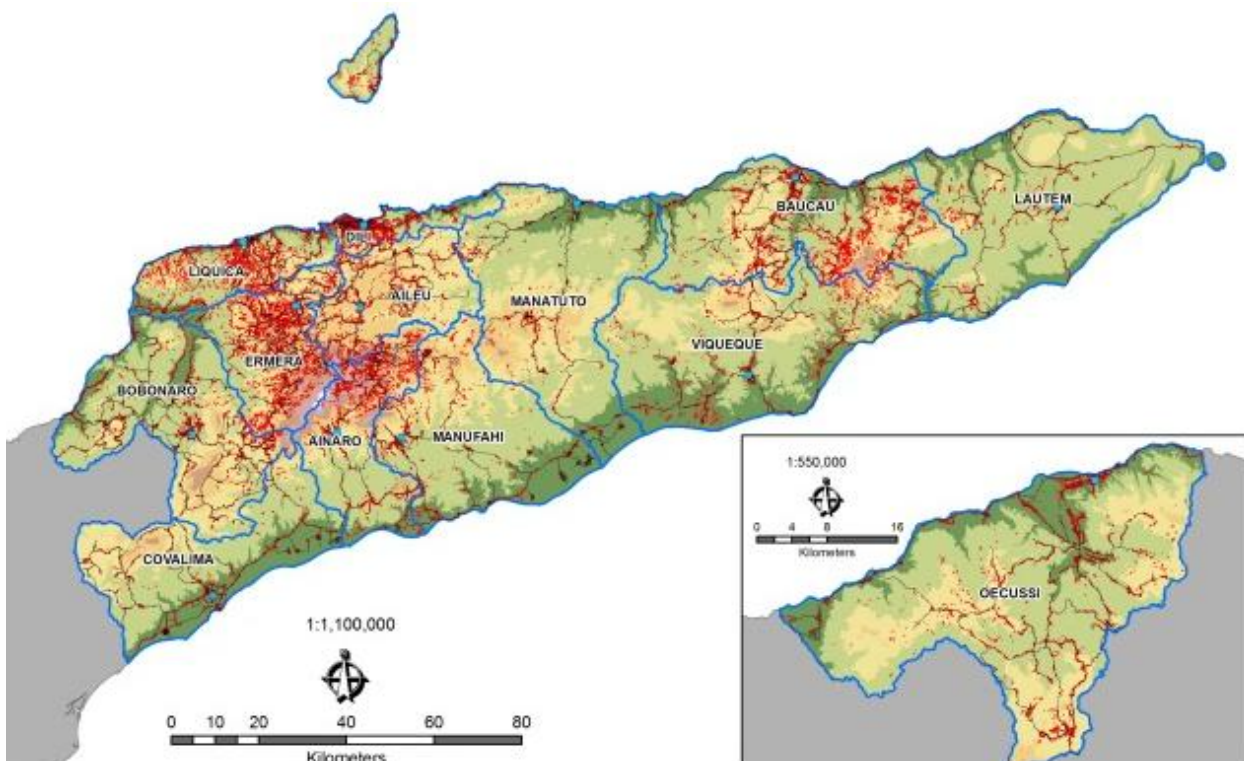


Fonte: [http://www.frsp.org/CIP\\_PLOP/paises\\_timor.php](http://www.frsp.org/CIP_PLOP/paises_timor.php), acesso em 07 de Outubro de 2011.

O Timor é um dos países mais jovens do mundo, tendo sua independência sido declarada e reconhecida somente em 20 de Maio de 2002. O país é uma república parlamentarista, sua moeda nacional é o dólar americano (USD) e seu fuso horário em relação ao Horário de Brasília é UTC + 12h. Fruto das missões portuguesas presentes desde poucos anos após o descobrimento de Timor-Leste, cerca de 90% da população é católica (GOVERNO DE TIMOR-LESTE).

Figura 2: Ilha de Timor-Leste, com a divisão dos distritos.





Fonte: Direção Nacional de Estatística

Nos tópicos que se seguem será exposta a conturbada história de Timor-Leste, desde seus primórdios como colônia portuguesa, passando pela ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial, pela ocupação Indonésia de 1975 até 1999, até, finalmente, conquistar a independência no ano de 2002.

## 2.1 Timor Colônia de Portugal

Aproximadamente em 1512, atraídos pelo lucrativo comércio de sândalo, os portugueses ancoraram na ilha de Timor-Leste descobrindo uma civilização pouco desenvolvida. Os timorenses dependiam da agricultura e da criação de búfalos, complementados por produtos florestais e pequenas indústrias artesanais (GAGLIATO, 2008).

Conforme Loureiro (2001, p. 146) sobre o Sândalo, uma das madeiras mais caras do mundo: “[...]o sândalo-branco de Timor (*Santalum album*) é uma madeira muito aromática, que, uma vez pulverizada, se utiliza na composição de perfumes [...] e de incensos, muito apreciados por todo o Oriente.”

Gagliato (2008) afirma que o interesse inicial de Portugal em Timor-Leste não era o de uma colônia com fins administrativos, mas sim com fins estritamente econômicos e logo em seguida missionários, com a chegada dos franciscanos e dominicanos a partir de 1556. Entretanto, segundo o autor, a lucratividade na extração do sândalo-branco tinha seus dias contados, pois já no século XVIII o produto ficou praticamente em extinção na ilha.

Nos primeiros 300 anos de colonização, Portugal dedicou pouca atenção ao Timor-Leste, sequer conseguindo ocupá-lo plenamente, pois tinha maiores interesses por suas outras colônias. No final do século XIX, essa situação começou a se alterar devido à necessidade de Portugal defender suas colônias da concorrência de países que expandiam seus impérios, como Inglaterra, Alemanha e França, solidificando sua posição em Timor, na tentativa de assegurar a continuidade de seus interesses econômicos (LAMARCA, 2003).

Com o quase extermínio de seu recurso natural mais vantajoso, Timor passou a enviar menores fundos financeiros do que os que recebia. Segundo Thomaz (2008, p.330):

Portugal não recebia de Timor senão 15 a 25 000 contos anuais, a título de transferências privadas ou créditos de companhias estabelecidas no território, enquanto que os subsídios concedidos a Timor pela Metrópole eram 6 vezes superiores (cerca de 120 000 anuais), cobrindo  $\frac{1}{2}$  das despesas públicas da Província. A situação era, pois, muito mais de parasitismo de Timor em relação a Portugal que de exploração de Timor por Portugal.

## **2.2 Timor e a Segunda Guerra Mundial**

Com o início da Segunda Guerra Mundial, mesmo sob os protestos portugueses, os aliados ocidentais, Austrália e Holanda, invadiram a ilha de Timor e começaram a utilizá-la como linha de defesa contra o avanço japonês em direção à Austrália. O Japão considerou a invasão uma grande ameaça, invadindo a ilha e expulsando-os em fevereiro de 1942 (LAMARCA, 2003).

Esta aparente disputa pela utilização do território de Timor ocorreu porque o país localiza-se em um dos quatro corredores marítimos mais utilizados entre os oceanos Índico e Pacífico, acentuando sua importância para a defesa e segurança dos países em guerra. Nas palavras de Gagliato (2008, p.17):

Durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses consideravam Timor um local de grande importância estratégica, sujeitando o país a uma época mortífera. O interesse japonês por Timor se deu pela sua posição geopolítica que facilitaria a expansão do Japão em direção ao sul, ajudando a separar a Austrália das colônias britânicas do

sudeste da Ásia. Além disso, Portugal era um dos mais fracos poderes coloniais e tinha declarado sua neutralidade na guerra, tornando Timor-Leste uma presa fácil para os interesses políticos e militares do Japão. Havia, ainda, o interesse pelos seus abundantes recursos naturais como o petróleo [...].

Em 1945, após a derrota na guerra, os japoneses abandonaram o Timor, que voltou a ficar sob a administração portuguesa. Conforme Thomaz (2008, p.409), a ocupação japonesa, ocorrida entre 1942 e 1945, “causou mais de 80.000 mortes e deixou Timor coberto de ruínas, devidas umas às depredações dos japoneses outras aos bombardeamentos dos australianos.”

Gagliato (2008, p.18) cita através do relatório de desenvolvimento humano 2002 do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) o cenário devastador em que se encontrava Timor-Leste após a desocupação japonesa:

No final da guerra Timor-Leste estava em ruínas [...] As pessoas também foram forçadas a dar alimentos aos japoneses, de tal forma que quando eles finalmente se renderam, o cenário em Timor era de miséria humana e devastação. A população estava próxima da inanição e a maioria das plantações tinha sido abandonada.

De 1945, após a desocupação japonesa, até 1974, Portugal voltou a ter interesse pela colônia, fazendo diversos investimentos em prol do desenvolvimento de Timor e conseguindo alcançar a taxa de crescimento de cerca de 6% anuais. Porém, isto não foi o suficiente para superar os mais de 400 anos de esquecimento (GAGLIATO, 2008).

### **2.3 A Queda do Regime Autoritário Português e o Surgimento Partidário em Timor-Leste**

Em Portugal, em 1974, os quarenta e seis anos do governo autoritário de Oliveira Salazar e Marcello Caetano foram finalizados através do golpe militar de 25 de Abril de 1974, devido ao descontentamento do Movimento das Forças Armadas com o declínio da economia portuguesa e o desgaste da guerra colonial. O movimento se definia pela democratização, descolonização e desenvolvimento, e com isso Portugal deixou de ser um Estado multicontinental (GORJÃO, 2005).

A nova situação portuguesa deu maior autonomia às colônias, possibilitando, por exemplo, a formação de partidos políticos. Em Timor, conforme afirma Thomaz (2008, p.331), “Após o 25 de Abril, a constituição de partidos, estimulada pelo governo, processou-se a ritmo acelerado.” Os três principais partidos políticos criados foram UDT (União Democrática de

Timor), FRETILIN (Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente) e APODETI (Associação Popular Democrática de Timor), que serão citados mais detalhadamente a seguir.

### **2.3.1 UDT - União Democrática de Timor**

A UDT, continuando a tradição pró-portuguesa, defendia uma ligação contínua com Portugal, pregando uma autonomia de forma progressiva até a independência quando Timor estivesse preparado para “andar com suas próprias pernas” devido à sua atual incapacidade financeira, processo que poderia demorar até 20 anos (GAGLIATO, 2008). Segundo Thomaz,

O partido obteve grande apoio em todo o interior do território – já por pressão dos régulos, ligados por velhos juramentos de fidelidade à soberania portuguesa, já por instinto de conservação das estruturas tradicionais nativas, (para que o programa revolucionário da FRETILIN constituía uma ameaça), já por uma consciência difusa de que a presença portuguesa constituía a melhor defesa contra a Indonésia. A implantação da UDT no interior impressionou fortemente o Ministro Almeida Santos que, quando em Outubro de 1974 visitou o território, classificou de “partido esmagador da maioria”. (THOMAZ, 2008, p. 333 e 334)

### **2.3.2 FRETILIN - Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente**

Conforme Gagliato (2008, p. 19 e 20), a FRETILIN “repudiava veementemente o colonialismo português e se pautou, desde o início, numa política nacionalista que apregoava a luta pela total independência, pregando o imediato fim do colonialismo português”. De ideologia marxista-leninista, a FRETILIN é muito criticada quanto à sua falta de maturidade política deste período, segundo Thomaz:

Se a APODETI pretende recusar a colonização portuguesa e a UDT assumi-la, a FRETILIN procura ultrapassá-la. Isto no plano da teoria, pois no da prática a sua actuação foi prejudicada por um radicalismo irrealista, fruto de uma confiança mágica nos efeitos da Revolução e da imaturidade política e cultural dos seus dirigentes. Destes, quase todos estudantes universitários ou pré-universitários, apenas um tem mais de 30 anos, e nenhum o curso completo. A sua ideologia era um marxismo-leninismo superficialmente assimilado e de tendência confusamente maoísta (THOMAZ, 2008, p.334).

Segundo Thomaz (2008), a FRETILIN obteve apoio na capital e nas terras natais de dois dos seus principais dirigentes, em Aileu e Turiscai. Apesar de seu extremismo, no final das

contas o partido reivindicava a independência imediata, porém com a continuação de Portugal na administração do território até que a independência total fosse realmente possível.

### **2.3.3 APODETI - Associação Popular Democrática de Timor**

O partido político APODETI tinha pouca representatividade popular, era apoiado e financiado pela Indonésia, e pregava que a melhor alternativa para os timorenses seria a integração com a Indonésia devido à sua independência não ser economicamente viável (GAGLIATO, 2008). Porém, conforme Thomaz (2008, p.332), a APODETI “nunca passou de um grupo minoritário de letrados, com reduzido apoio no interior.”

Pode-se perceber que os três principais partidos tinham a correta percepção da incapacidade de independência imediata, pois todos defendem a independência com Timor sendo apoiado por algum país durante o processo de transição. No caso da UDT e FRETILIN, este país a auxiliar a independência é Portugal, e para a APODETI é a Indonésia.

Três outros partidos de menor dimensão foram criados entre os anos de 1974 e 1975, todavia com baixa influência política, são eles o KOTA (Klibur Oan Timur Aswain, que significa em Tétum Filhos dos Guerreiros das Montanhas), o Movimento Democrático dos Trabalhadores Timorenses e a Associação Democrática (GAGLIATO, 2008).

## **2.4 Golpe da UDT e a Guerra Civil**

No contexto de 1975, a UDT e a FRETILIN foram os atores principais dos conflitos internos timorenses, os quais foram posteriormente utilizados como justificativa para a invasão Indonésia. Em janeiro de 1975 ambos formaram uma coligação para a independência, de forma a rejeitar a proposta do partido APODETI (que apoiava a integração com a Indonésia). Entretanto, pouco tempo depois essa união terminou, aumentando a divergência entre os dois partidos (GAGLIATO, 2008).

Com o passar dos meses, o ambiente político instável se ampliou e, no início de agosto, durante uma reunião de representantes da UDT com os indonésios, estes últimos asseguraram que a FRETILIN planejava um golpe e que não seria admitido pela Indonésia um governo comunista em Timor-Leste. Perante o aumento da influência da FRETILIN e da ameaça de um golpe de

Estado, os líderes da UDT regressaram ao Timor com a certeza de que sob a liderança da FRETILIN a conquista da independência não seria possível e, confiantes de que receberiam o apoio Indonésio, se anteciparam e promoveram um golpe de estado em 11 de Agosto de 1975. A UDT tomou o poder através de uma ofensiva armada em Díli, prenderam partidários e simpatizantes da FRETILIN, a qual não aceitou essa situação, se instaurando uma breve guerra civil no país (COLARES, 2006)

A atitude da administração portuguesa, diante desta situação e de sua falta de controle, foi a de não combater o partido que se rebelava, e se retirar imediatamente da ilha. Nas palavras de Thomaz:

O Governador, [...] não cedeu às exigências da UDT, mas não dispunha de poder efectivo para se lhe opor, preferiu por isso retirar-se para a ilha de Ataúro enquanto os militares portugueses que restavam no território eram evacuados para a Austrália. Das autoridades portuguesas em Dili apenas restou o bispo - que, a despeito de a Santa Fé lhe facultar um avião para se retirar, recusou abandonar o seu posto e permaneceu na cidade (2008, p.345 e 346).

Uma semana após o golpe da UDT, a FRETILIN, munida do armamento do exército português, contra-atacou fazendo a UDT recuar e conseguindo tomar o poder. A guerra civil resultou em muitos representantes da UDT sendo mortos pela FRETILIN e também em milhares de mortes de inocentes. Enquanto isso, os militantes da UDT que conseguiram fugir para a Indonésia eram obrigados a assinar documentos em que concordavam com a integração de Timor-Leste à Indonésia (GAGLIATO, 2008).

Temendo uma invasão Indonésia, a FRETILIN declarou em Díli, sem consulta popular, em 28 de Novembro de 1975 a independência de Timor-Leste. Contudo, esta proclamação foi pouco reconhecida internacionalmente, tanto que, poucos dias depois, na madrugada de 7 de Dezembro, tropas indonésias invadiram brutalmente o território timorense por terra, céu e mar (THOMAZ, 2008).

Imediatamente, Portugal rompe as relações diplomáticas com a Indonésia e exige tanto junto a Assembléia Geral da ONU quanto ao Conselho de Segurança o cancelamento de todas as operações militares indonésias em Timor (COLARES, 2006).

Segundo Gagliato (2008), tempos após a invasão, o governo indonésio forjou uma assembléia legislativa local, na qual foi declarado que Timor-Leste queria ser integrado à

Indonésia. Assim, em julho de 1976, Timor-Leste torna-se a vigésima sétima província da República Indonésia.

No próximo tópico serão abordados os motivos do interesse tanto indonésio quanto o de outras nações pelo território de Timor-Leste. Conforme corretamente constata o padre Dom Carlos Ximenes Belo no prefácio do livro de Domingos de Souza (2003):

Porque tudo isso? Porque os partidos políticos de 1975 não tinham maturidade política; os timorenses não estavam preparados para um sistema democrático; a Indonésia tinha ambições territoriais; Portugal abandonara o território que administrava havia quatrocentos anos.

## **2.5 Os Vários Interesses na Integração de Timor**

Haviam muitos interesses envolvidos na integração de Timor, no caso da Indonésia, em seus últimos anos de poder, o presidente do país, Sukarno, entrou em conflito com o Exército buscando apoio no Partido Comunista. Divergências internas somadas à política econômica demagógica levaram o país a uma crise, de tal forma que a taxa de inflação chegou a 700% anuais. Utilizando-se como pretexto um golpe de esquerda fracassado, o exército derrubou o Partido Comunista e tomou o poder. Sukarno foi substituído por Suharto, que estabeleceu um regime semi-autoritário e anticomunista. Depois do trauma que a Guerra do Vietnã causou a diversos países asiáticos, entre eles a Indonésia, o estabelecimento de um governo comunista em Timor não seria admitido (THOMAZ, 2008).

Entretanto, o argumento publicamente utilizado pela Indonésia após a invasão é de que sua ação não foi uma invasão ou anexação, mas sim uma resposta a pedidos de militantes de partidos políticos timorenses para defender a população das retaliações da FRETILIN. Os pedidos a que a Indonésia se refere são documentos que os timorenses assinaram para conseguir fugir para a Indonésia, conforme já citado anteriormente (GAGLIATO, 2008).

Colares (2006, p. 24) cita outros países que também se preocupavam com a possibilidade de Timor ter um governo pró-comunista, “[...] o Timor Leste havia se transformado em uma preocupação para os Estados Unidos e, em especial, para a Austrália. Ambos os países temiam que o Timor Leste se tornasse comunista (Teoria do Efeito Dominó), vindo a se configurar na ‘Cuba’ dos australianos.” Destacando que o Efeito Dominó citado por Colares refere-se a queda de uma peça que arrastaria a da seguinte, e assim sucessivamente.

A independência de Timor Leste era considerada perigosa devido ao partido dominante no momento, a FRETILIN, possuir ideais comunistas. Portanto, ter um aliado anticomunista (Indonésia) dominando o suposto comunismo timorense, era muito conveniente para os Estados Unidos e a Austrália.

Os interesses australianos não se restringiam somente ao combate ao comunismo, havia também interesses econômicos quanto ao petróleo localizado no mar de Timor. O interesse australiano surgiu em 1947, após ter chegado a suas mãos relatórios que apontavam para a existência de grandes jazidas de petróleo no mar timorense, todavia, enquanto Timor foi colônia portuguesa, as negociações com a metrópole sobre nova delimitação de fronteiras nunca tiveram resultados positivos. Paralelamente, com a incorporação de Timor à Indonésia, tinham-se perspectivas de maiores possibilidades de negociação, por serem antigos aliados econômicos. Portanto, este é o principal motivo da reação australiana perante a invasão indonésia em Timor em 1975, ao ser o primeiro e único país a reconhecer oficialmente a integração de Timor Leste à Indonésia (GAGLIATO, 2008).

Após mais de uma década de negociações, em dezembro de 1989, Indonésia e Austrália assinam o Tratado Timor Gap, conforme Colares (2006, p.124) “estabelecendo uma zona de cooperação entre os dois países acima da linha mediana que une o Timor Leste à Austrália e dividindo os lucros da exploração de petróleo em 50% para cada país.”

Entretanto, nos primeiros meses de 1991, Portugal, que ainda era oficialmente a potência administrante do território timorense, denunciou o tratado, colocando em questão a sua ilegalidade (GAGLIATO, 2008).

Somente em julho de 2001, a ONU, enquanto administradora temporária do Timor-Leste, estimulou a revisão dos acordos originais entre a nação australiana e a indonésia, constituindo um novo memorando intitulado “Timor Sea Arrangement”, onde fica estabelecida a redução da abusiva participação dos lucros da exploração petrolífera por parte da Austrália. A partir de então 90% dos lucros são destinados aos timorenses e somente 10% aos australianos (COLARES, 2006).

Desta forma, após apresentados tantos interesses envolvidos por trás da invasão indonésia, pode-se inferir que no dia 25 de Abril de 1974, após a queda do regime autoritário português, com ou sem a guerra civil provocada pelos partidos políticos timorenses, o país tinha muitos



outros motivos financeiros e políticos para ser invadido. Magalhães corrobora isto, demonstrando que muito antes da guerra civil o destino de Timor já estava traçado:

[...] em princípios de Julho de 1975, o General Suharto visitara vários países, entre os quais os Estados Unidos, onde obtivera apoio para a política de integração do Timor “Português” na Indonésia. A partir daí, o Presidente da Indonésia começara a afirmar, publicamente, que um Timor independente era inviável.

Quando, em 17 de Julho de 1975, é publicada a Lei 7/75, que previa a eleição, em Outubro, de uma Assembleia Popular de Timor para escolher o seu futuro político, já este estava escolhido pelo governo ditatorial de Jacarta, e contava com o apoio dos governos da Austrália, dos EUA, da Grã-Bretanha, do Japão, de países islâmicos, e outros.” (MAGALHÃES, 2001, p.29)

## 2.6 Ocupação Indonésia

Os primeiros anos da ocupação são caracterizados pela obsessão indonésia pela dominação da resistência (que a seguir será citada) e reorganização da sociedade timorense, recorrendo a massacres de civis, violações e repressão, como também a políticas de negação da identidade nacional impondo costumes e comportamentos estrangeiros como a proibição do uso e ensino da língua portuguesa e a islamização. A invasão fez uso também de locais similares a campos de concentração, mas por eles chamados de “campos estratégicos”, que serviam de moradas transitórias para as aproximadamente 300.000 pessoas deslocadas de suas casas em 1979 (SANTOS, 2011).

De acordo com Alcantara (2007), em um relatório do Conselho Social e Econômico da ONU, o relator Bacre Waly Nadiaye afirma que o número de mortes ocasionadas pelas ações das forças indonésias foi elevado. Segundo ele, ocorreram 100 mil mortes entre 1975 e 1980 dentre os 700 mil habitantes, e entre 1980 e 1984 morreram mais 100 mil devido a fome e doenças. Entretanto não há dados concretos referentes ao período completo, fazendo com que os números sejam divergentes entre diferentes fontes. Por exemplo, alguns autores defendem que ocorreram 300 mil mortes, outros acham esse número um exagero, e contabilizam apenas 100 mil mortes. Já as autoridades indonésias, segundo Colares (2006), contestam essa elevada mortalidade e calculam em 30 mil o número de vítimas provocadas pela ocupação.

Em relação à ocupação Indonésia, Cunha (2001, p.87 e 88 Apud COLARES, 2006, p.76) faz o seguinte comentário:

A extrema violência da intervenção militar Indonésia e o comportamento brutal das forças de ocupação nos anos que se seguiram à invasão têm sido apontados como fatores que contribuíram significativamente para gerar, no seio da população timorense, um sentimento anti-indonésio e, em consequência, alimentar simpatias pela resistência.

Esta observação mostra-se correta, pois apesar dos vastos investimentos feitos pela Indonésia em Timor, como será descrito posteriormente, mesmo com uma melhor infra-estrutura, educação e saúde, o preço a ser pago era caro, como a liberdade ou a própria vida.

## **2.7 A Resistência**

Os militares indonésios, ao invadir brutalmente o Timor, não imaginavam que teriam tão grande resistência à sua ocupação. Para Magalhães (2001, p.33) “A brutalidade do comportamento dos invasores reforçou a sintonia entre a Fretilin e a população que, na sua esmagadora maioria preferiu retirar-se para as montanhas e ficar sob a proteção das Falintil do que sob a das forças indonésias.”

As Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste (FALINTIL) são o braço armado da FRETILIN e, com a invasão Indonésia, tiveram de buscar abrigo nas montanhas de Timor, distante dos centros urbanizados, para lutar clandestinamente contra o exército indonésio. Sem nenhum apoio externo seja material ou financeiro, a resistência das FALINTIL enfrentou, durante os vinte e quatro anos de ocupação Indonésia, milhares de soldados com armamento pesado, munidas apenas de alguns poucos guerrilheiros, sem armas nem dinheiro, porém que contavam com fortíssimo suporte popular (COLARES, 2006).

Até 1977 as FALINTIL tiveram como seu líder Xavier do Amaral, porém, neste ano sendo substituído por Nicolau Lobato. Entretanto, em 1978, Lobato foi assassinado durante uma batalha com o exército indonésio vindo a ser substituído por José Alexandre Xanana Gusmão, conhecido como Xanana. A resistência foi forte nos anos iniciais da ocupação, se desvanecendo com o tempo até tornar-se simbólica. Ciente da impotência das FALINTIL no campo militar e de que a união de todos os partidos tornaria a resistência mais organizada e forte, em dezembro de 1987, Xanana promoveu a sua despartidarização, a desligando da FRETILIN, e criando o Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM) na tentativa de desenvolver uma política que possibilitasse maior visibilidade da questão de Timor nos fóruns internacionais (COLARES, 2006).

Como se pode concluir através de Colares (2006, p.27), a decisão tomada pelo líder Xanana foi acertadíssima e conseguiu alcançar seu objetivo principal:

Coube ao Movimento Antiintegracionista “despartidarizado” a organização da resistência clandestina nos centros urbanos em substituição à antiga resistência armada que se dava nas montanhas. As ações da Frente Clandestina, que eram coordenadas pelos antigos guerrilheiros desmilitarizados, eram ações políticas que tinham como objetivo maior causar constrangimentos ao governo indonésio. Tais constrangimentos dariam maior visibilidade internacional ao problema do que a antiga luta armada que acabava por justificar a repressão indonésia, como uma reação para a manutenção da ordem interna.

## **2.8 Massacre de Santa Cruz**

Em princípios de novembro de 1991, após muita pressão internacional, uma delegação parlamentar portuguesa é autorizada a visitar Timor, entretanto, faltando uma semana para a data prevista, a visita foi cancelada frustrando os timorenses e incitando algumas manifestações em Díli. Em 12 de Novembro jovens timorenses manifestam-se pelas ruas da capital, dirigindo-se ao Cemitério de Santa Cruz com o intuito de homenagear o estudante Sebastião Gomes, morto dias antes pelo exército indonésio. As tropas indonésias, que interpretaram essa atitude como um ato de rebeldia, atiram contra os manifestantes causando centenas de mortos e feridos (GOVERNO DE TIMOR-LESTE, 2002).

Entretanto, estava presente um grupo de jornalistas estrangeiros que ainda não tinham se retirado de Timor após o cancelamento da vinda da delegação portuguesa. Estes jornalistas, ao transmitirem as imagens do massacre ao mundo, conseguiram trazer a questão de Timor à tona nas discussões internacionais, provocando total comoção especialmente da opinião pública em Portugal principalmente ao ser divulgado um vídeo no canal CNN em que os timorenses feridos rezavam em português (COLARES, 2006).

Em 1996, a internacionalização da questão de Timor é confirmada através da concessão do Prêmio Nobel da Paz ao bispo Ximenes Belo, ativista na luta pela autodeterminação timorense, e a José Ramos Horta, principal representante da luta timorense no exterior e atual presidente do país (SANTOS, 2011).

## **2.9 Crise Asiática e Referendo de 1999**

Em 1997, a crise financeira asiática debilitou profundamente a economia indonésia, culminando na renúncia de seu atual presidente, Suharto. Porém, segundo Santos (2011), outros motivos para o enfraquecimento da economia indonésia foram o fim da Guerra Fria e as crescentes pressões internas e externas contra a repressão do Governo de Suharto.

Seu sucessor, Habibie, se viu obrigado a procurar auxílio financeiro internacional, vendo-se em uma situação tremendamente embaraçosa, ao perceber que a ajuda econômica estava condicionada à resolução da questão de Timor-Leste. Desta forma, sob tamanha pressão da comunidade internacional, em princípios de 1999, a Indonésia concorda na realização de uma consulta popular e assegura que aceitaria a independência de Timor, caso o povo assim o decidisse (COLARES, 2006).

O referendo é marcado para 30 de Agosto de 1999, onde os timorenses decidiriam entre a independência e a autonomia especial, integrados à Indonésia. Contudo, o governo indonésio impõe uma condição: a responsabilidade pela segurança e liberdade da população antes e depois da consulta deveria ser atribuída à Indonésia. Imposição esta que, para não levar à interrupção das negociações por tempo indeterminado, foi erroneamente aceita, possibilitando a milicianos e militares indonésios tentarem manipular o processo eleitoral (LAMARCA, 2003).

Uma missão desarmada da ONU, a Missão de Assistência das Nações Unidas no Timor-Leste (UNAMET), foi encarregada da organização e fiscalização do referendo. Desta forma, mesmo sob ameaça indonésia, 98,6% dos recenseados votaram, e destes 78,5% optaram pela independência timorense. A divulgação deste resultado, oficialmente aceito pelo Governo indonésio, desencadeou uma onda de violência, saque e destruição por todo o território protagonizada por milícias pró-integração, apoiadas e armadas pelas forças armadas indonésias. Foram mortos muitos timorenses, incluso quatro funcionários da UNAMET. Mais de 250 mil timorenses fugiram para as montanhas ou foram deportados e quase todos os funcionários da UNAMET foram evacuados para a Austrália (EXÉRCITO BRASILEIRO).

Segundo Thomaz:

O sector mais afectado pelas trágicas sequelas do referendo de 1999 foi, contudo, o parque habitacional. Se o habitat rural foi, em geral, poupado, graças talvez à sua dispersão, o mesmo se não pode dizer dos meios urbanos ou semi-urbanos de Díli e das sedes dos conselhos [...] e postos administrativos [...]. Em Díli calcula-se que metade das casas (incluindo habitações e edifícios públicos) tenham sido queimadas com todo o seu recheio, o que deve equivaler a mais de 10.000 fogos (THOMAZ, 2008, p.425).

Conforme o Centro de Estudos sobre a África e do Desenvolvimento (2006), a maior parte das indústrias existentes foram destruídas ou tiveram suas estruturas produtivas desmontadas e remetidas para a Indonésia. Isto ocorreu também com muitos dos geradores de energia do país, fundamentais ao dia-a-dia da população e também ao funcionamento das atividades econômicas e sociais.

Lamarca (2003) afirma que, sob pressão internacional, através da ameaça da impossibilidade de novos empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI ou IMF segundo a sigla em inglês) e ao Banco Mundial e sob censura moral mundial, em 12 de Setembro de 1999 o Governo indonésio admite sua incapacidade em conter a violência generalizada em Timor, e aceita o envio de forças multinacionais. Assim, a ONU cria a Força Internacional para o Timor Leste (INTERFET), sob comando da Austrália, com o objetivo principal de restaurar a paz e a segurança no território. Conforme a autora (2003, p.42 e 43), “Em 20 de setembro, a operação de paz chegava ao Timor Leste e encontrava uma área completamente queimada e praticamente “fantasma”, uma vez que a população que ainda se mantinha no Timor Leste vivia majoritariamente nas montanhas, em difíceis condições materiais”.

Aos poucos, as Forças Armadas Indonésias e os funcionários administrativos indonésios vão partindo do país. Enquanto isso, as Nações Unidas iniciam uma ação de socorro urgente e em grande escala através não somente do lançamento de alimentos pelo ar, mas também, em caravanas, dando assistência e provendo serviços básicos. Iniciou-se a repatriação dos timorenses que haviam se refugiado no território indonésio da ilha (parte ocidental), os quais totalizaram cerca de 250.000 pessoas (COLARES, 2006).

## **2.10 Administração Transitória**

A lei que determinava o Timor-Leste como a 27<sup>a</sup> Província Indonésia foi anulada pelo Parlamento indonésio em 19 de Outubro de 1999, dando início a um período de transição política, onde a administração do país ficou a cargo da Administração de Transição das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET), comandada pelo Administrador Transitório, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello (EXÉRCITO BRASILEIRO).

Através da UNTAET, pela primeira vez na história das Nações Unidas esta ficava a cargo da administração de todo um território. Os objetivos principais da UNTAET eram de capacitar os

timorenses para montar os aparelhos de Estado e governar o país por si próprios (GAGLIATO, 2008).

Conforme o Arquivo Histórico apresentado no site do Governo de Timor-Leste, a princípio a administração foi exercida somente pelo Administrador Transitório, porém, como resultado da reivindicação timorense, que solicitava uma maior participação de seus líderes nacionais na administração, a partir de julho de 2000 o Administrador passou a ser auxiliado pelo Gabinete do Governo de Transição em Timor-Leste, composto por timorenses. Isto tornou o governo, na prática, uma união entre elementos da ONU e líderes timorenses, posteriormente sendo nomeado como o I Governo Transitório, e assim permanecendo até setembro de 2001. O II Governo Transitório administrou o país entre setembro de 2001 e maio de 2002, comandado por Mari Alkatiri, ainda que na dependência do poder legislativo do Administrador Transitório.

No período compreendido entre o referendo de 1999 e a independência de Timor-Leste em 2002, durante a administração transitória da UNTAET, doadores internacionais contribuíram com aproximadamente 620 milhões de dólares, exclusas as despesas com as forças militares de manutenção da paz. Esse apoio se demonstrou fundamental no auxílio à reestruturação do país (CENTRO DE ESTUDOS SOBRE A ÁFRICA E DO DESENVOLVIMENTO, 2006).

### **2.11 Dolarização da Economia**

Após o referendo, as principais moedas que circulavam em Timor-Leste eram o dólar norte-americano (USD), o dólar australiano, a rúpia Indonésia e, em menor escala, o escudo português. Na tentativa de iniciar um processo de padronização de uma moeda no país, em janeiro de 2000, a UNTAET anunciou que o USD se tornaria a moeda legal de Timor Leste. A partir de então, todas as atividades econômicas da Administração de Transição passaram a ser efetuadas na moeda norte-americana. Confiando que a nova moeda proporcionaria principalmente estabilidade e baixo nível de inflação, as autoridades timorenses aprovaram a escolha da administração transitória da ONU (ABP, 2002).

### **2.12 Timor-Leste Independente**

Em abril de 2002 ocorrem as eleições presidenciais, elegendo o antigo líder da resistência, Xanana Gusmão, o primeiro Presidente da República Democrática de Timor-Leste. No dia 20 de Maio do mesmo ano, mesmo dia da posse presidencial, Timor-Leste conquistou definitivamente a independência. A UNTAET finalizou seus serviços, dando lugar à Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor Leste (UNMISET), que continuou auxiliando o Governo de Timor a manter a estabilidade em setores vitais e garantir a segurança do país até 2005 (COLARES, 2006).

### 3 PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÔMICOS

Neste capítulo, inicialmente será feita uma explanação a respeito do Fundo Petrolífero de Timor-Leste, posteriormente serão analisados os principais indicadores macroeconômicos do país, tais como produção, inflação, comércio internacional, finanças públicas, balança de pagamentos, entre outros, no período compreendido entre sua independência, em 2002, e atualmente, em 2011.

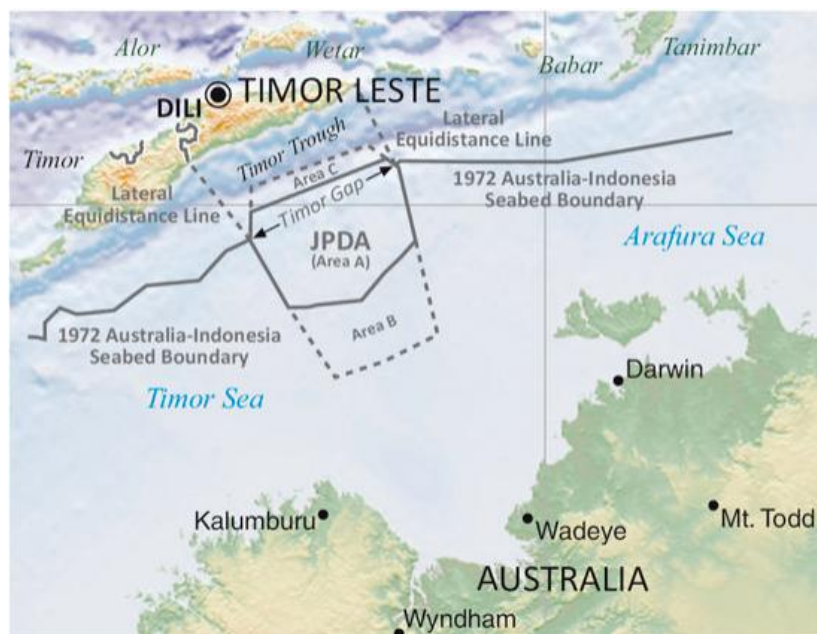
#### 3.1 Fundo Petrolífero

Desde muito tempo antes da independência, os líderes timorenses planejavam criar um Fundo com as receitas de petróleo e gás do mar de Timor, com o intuito de beneficiar não somente a atual geração, mas também as futuras. Esse objetivo foi alcançado em agosto de 2005, através da criação do Fundo Petrolífero de Timor-Leste, o qual desde então vem sendo administrado pelo Banco Central, que no país é a Autoridade Bancária e de Pagamentos, a ABP ou BPA na sigla em inglês. As contas e registros financeiros do Fundo possuem elevada transparência, inspirados nas melhores práticas internacionais de gestão e são auditados anualmente desde sua criação por auditores independentes (ABP, 2005).

A decisão pela criação do Fundo em benefício das futuras gerações é acertada, pois as receitas petrolíferas tradicionalmente apresentam instabilidades no curto prazo, se alterando de acordo com o preço internacional do produto. Além disso, a tendência dessas receitas é de evoluírem no tempo conforme a extração da jazida, para posteriormente diminuir gradativamente até que o mesmo se esgote, em aproximadamente 25 ou 30 anos (SERRA, 2006).

Figura 3: Delimitação marítima definida através do Tratado Timor Gap





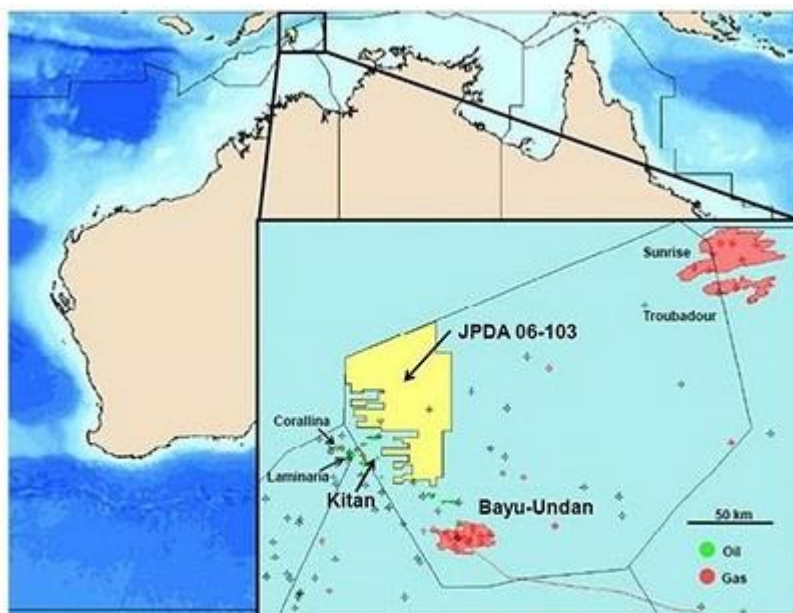
Fonte: Petroleum Economist, 2011.

Na figura 3, o mar de Timor é o que se localiza perto da costa sul do país, inclusa a zona marcada como “Área C”. A “Área B” pertence à Austrália, e a “Área A” é a que foi definida pelo Tratado Timor Gap, chamada de “Zona de Exploração Petrolífera Conjunta”, também conhecida pela sigla em inglês JPDA. Todavia, as autoridades timorenses são contra essa demarcação, pois defendem que a correta delimitação marítima, segundo a Lei Internacional do Mar, seria entre as áreas “A” e “B”, a chamada linha mediana, dessa forma, não precisando dividir as receitas petrolíferas com a Austrália. Este é um grande conflito entre os dois países até hoje (SERRA, 2006).

Na “Área A”, o campo petrolífero mais importante atualmente, que iniciou sua produção em princípios de 2004, gerador das vultosas receitas do Fundo Petrolífero, é o Bayu-Undan, que pode ser visto na figura 4.

Além do Bayu-Undan, existe uma jazida 2,5 vezes maior, a jazida Greater Sunrise que, conforme pode ser visto na figura 4, possui apenas uma parte localizada na zona de exploração conjunta. Entretanto, segundo o IMF Country Report número 09/220 publicado em 2009 pelo FMI, a produção desta jazida pode ter início apenas em 2013.

Figura 4: Jazidas de gás e petróleo descobertas no mar de Timor



Fonte: Timor Hau Nian Doben

Disponível em: <<http://timorhauniandoben.blogspot.com/2010/04/partners-approve-11bn-development-of.html>>. Acesso em: 13-11-2010.

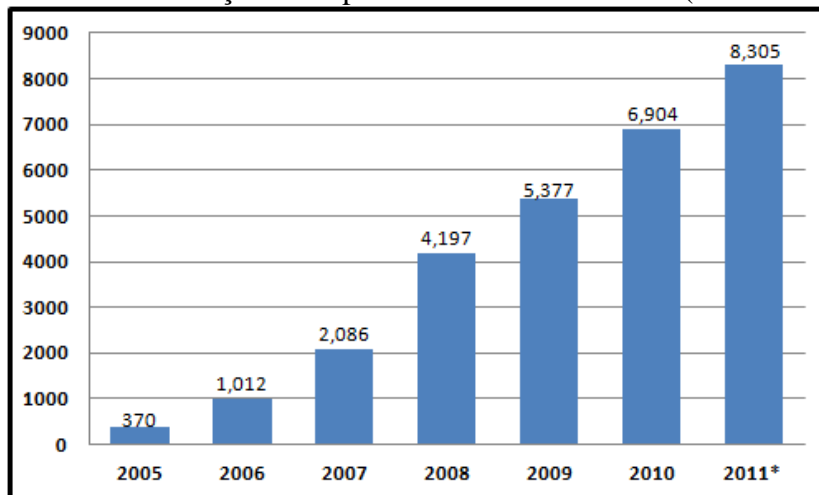
Em um acordo realizado em 2005 entre a Austrália e o Timor-Leste, foi decidido adiar a demarcação das fronteiras marítimas por no mínimo 50 anos, quando os reservatórios petrolíferos atualmente conhecidos nessa região estarão esgotados. Todavia, em troca disso, Timor-Leste exigiu a elevação da parte que lhe caberá das receitas da jazida Greater Sunrise (que ainda não começou a ser explorada), conquistando um aumento de 18% para 50% das receitas desta jazida (SERRA, 2006).

A mais recente descoberta na JPDA foi realizada em março de 2008, o relativamente pequeno campo petrolífero Kitan, que também está destacado na figura 4. A produção desta nova jazida teve início em 10 de Outubro de 2011, e as perspectivas são de que a extração dure até sete anos. As estimativas das receitas futuras totais, incluindo royalties, impostos e juros, são de cerca de 740 milhões de USD, dentre os quais 90% são de direito de Timor-Leste (AUTORIDADE NACIONAL DO PETRÓLEO, 2011)

O Fundo Petrolífero, que possuía um saldo de 370 milhões de dólares no fim do ano de sua criação, atualmente, segundo o Relatório Trimestral do Fundo Petrolífero do mês de junho de 2011 divulgado pela ABP, já ultrapassou os 8 bilhões de dólares norte-americanos, proporcionando ao Estado a arrecadação de abundantes receitas e possibilitando amplos

excedentes orçamentais nas contas públicas e externas. Essa evolução do Fundo está demonstrada no gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução do capital do Fundo Petrolífero (milhões de USD)



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da ABP

\* Saldo registrado em junho de 2011

Segundo a Comissão de Economia, Finanças e Anti-Corrupção (2011), no período entre os anos de 2004/05 e 2010 a produção média anual foi de 57,3 milhões de barris de petróleo, sendo que entre 2011 e 2016 a média anual programada é de 59,5 milhões de barris. Lembrando que as receitas petrolíferas são formadas por impostos sobre a produção de petróleo e gás, royalties e juros.

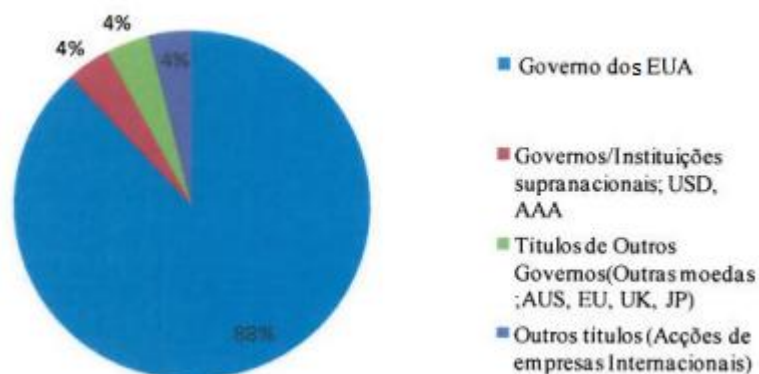
Conforme o Ministério das Finanças (2011), todo o capital do Fundo Petrolífero é investido em títulos de baixo risco, seguindo uma gestão declaradamente conservadora (ver Anexo 1). A Lei do Fundo Petrolífero define que um mínimo de 90% do Fundo deve ser investido em títulos de alta cotação cuja moeda seja o USD, sendo que a maior parte deve ser emitida ou garantida por governos e depósitos em dinheiro.

No período entre sua criação até junho de 2009, o capital total do Fundo foi investido em títulos do Governo dos Estados Unidos. Todavia, a partir de junho de 2009 foi definido pelas autoridades timorenses que o Bank for International Settlements (BIS) passaria a gerir 20% da totalidade do Fundo, os quais são investidos parte em títulos do Tesouro dos Estados Unidos, parte em Governos/instituições supranacionais, parte em títulos de outros Governos. A última modificação ocorrida na estrutura dos investimentos foi em outubro de 2010, quando a Schroeder

Investment Management Limited foi escolhida para administrar entre 3% e 5% das ações no mercado global, sendo que atualmente esta cifra é de 4%, investidos em ações de empresas internacionais (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 2011).

Portanto, a estrutura atual dos investimentos da carteira do Fundo Petrolífero é conforme demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2: Carteira do Fundo Petrolífero



Fonte: Direção Nacional do Fundo Petrolífero e Ministério das Finanças

Como somente parte do rendimento petrolífero de Timor-Leste está à disposição da população, de forma indireta, através das contribuições do Fundo Petrolífero no financiamento das despesas do Estado, seria irrealista utilizar a totalidade do produto nacional como indicador do crescimento econômico timorense, pois isso não refletiria a real situação do país e de seus habitantes. Por este motivo, o dado utilizado para este estudo será o Produto Interno Bruto (PIB) não petrolífero (np).

### 3.2 Produção

Segundo a Comissão de Economia, Finanças e Anti-Corrupção (2010), a agricultura de subsistência possibilita o sustento de cerca de 80% da população de Timor-Leste, além disso mais de 70% da mão de obra existente possui como ocupação principal a agricultura.

O predomínio da agricultura ocorre com técnicas tradicionais, baixa produtividade e extremamente vulnerável às alterações climáticas. As plantações são principalmente de arroz nas zonas baixas e milho e mandioca nas regiões montanhosas, além de vegetais, café e coco,

existindo comercialização apenas de modestos excedentes. Cada família cultiva somente as terras que julga necessárias para seu sustento, conseqüentemente, dada a irregularidade do clima, nos maus anos agrícolas torna-se necessário recorrer à importação de cereais, principalmente o arroz (THOMAZ, 2008).

Além de boa parte dos agricultores timorenses não possuir conhecimentos especializados sobre o uso apropriado de fertilizantes e pesticidas, eles geralmente não possuem condições financeiras de arcar com os custos destes produtos e nem acesso a serviços financeiros. Outra carência é a da garantia da segurança de abastecimento de água e o melhoramento das estradas para transporte da produção até os respectivos mercados (GOVERNO DE TIMOR-LESTE, 2010).

A diversificação da produção e o desenvolvimento da agricultura nos distritos são essenciais tanto para o crescimento econômico, o emprego e a redução da pobreza, quanto para reduzir a migração para as zonas urbanas, onde, assim como nas zonas rurais, não há muitas oportunidades de emprego. A capital, Díli, sofreu um aumento populacional de aproximadamente 150 mil habitantes desde 1999, abrigando atualmente mais de 20% de toda a população do Timor-Leste (BANCO DE PORTUGAL, 2009).

Na tabela 1 estão apresentados os dados do PIB não petrolífero de Timor-Leste a partir do ano 2002, a preços constantes de 2000 e a preços correntes.

<b>Tabela 1: Produto Interno Bruto não petrolífero (np) 2002-2012 (milhões de USD)</b>											
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008e</b>	<b>2009e</b>	<b>2010e</b>	<b>2011e</b>	<b>2012p</b>
<b>PIB np, a preços constantes de 2000</b>	258	258	269	286	269	294	326	368	390	419	455
<b>Idem, taxa de crescimento %</b>	2.4	0.1	4.2	6.2	-5.8	9.1	11.0	12.9	6.1	7.3	8.6
<b>PIB np, a preços correntes</b>	284	298	309	332	327	358	444	556	628	709	807

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados do FMI de setembro de 2011

e: Estimado

p: Projetado

A taxa média anual de crescimento econômico desde a independência de Timor, em 2002, até 2011 é de 5,4%, porém percebe-se que esta evolução ocorreu de forma irregular, apresentando até mesmo uma variação negativa em 2006.

Levando-se em consideração somente o PIB não petrolífero a preços constantes de 2000, pois este índice elimina o efeito da inflação, um dos motivos da queda na taxa de crescimento da

produção em 2002 e 2003 apresentada na tabela 1 é a baixa produção agrícola provocada tanto pela seca quanto pela redução do preço internacional do café. Outro motivo é o impacto da saída dos funcionários internacionais da UNTAET, os quais foram responsáveis por uma expansão no comércio, hotelaria e restauração nos anos posteriores ao referendo (ABP, 2004).

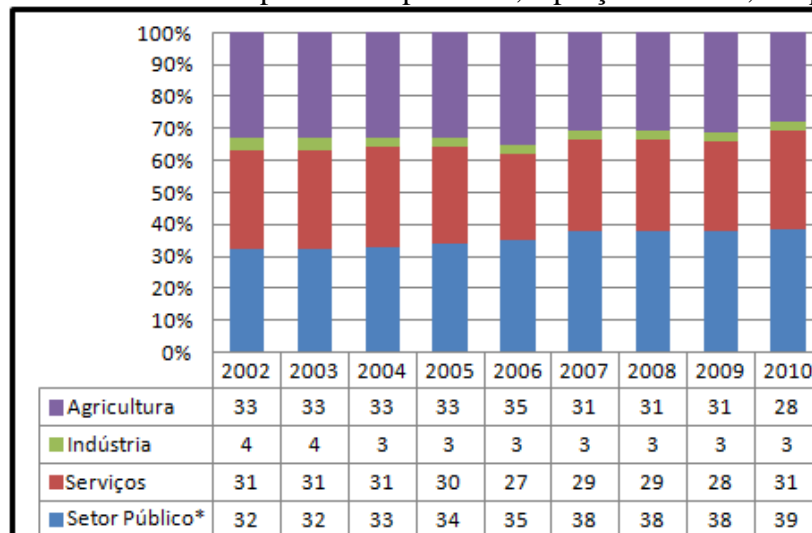
Nos dois anos seguintes, ainda que a partir de valores mais baixos do PIB, iniciava-se o processo de recuperação econômica, sendo auxiliada, em 2005, por uma elevação de mais de 50% no preço internacional do café. Entretanto, em abril de 2006 desencadeou-se no país uma crise política e social que provocou a deslocação forçada da população durante a época de safra do café, provocando a perda de inúmeras colheitas. Também devido a essa instabilidade grande quantidade de investimentos previstos no Orçamento Geral do Estado (OGE) do referido ano não foi executado. Como resultado, a economia timorense teve crescimento negativo no ano de 2006 (BANCO DE PORTUGAL, 2007).

Em 2007, após o término do ciclo eleitoral, e superado o período de instabilidade, a economia timorense inicia um período de desenvolvimento acelerado, apresentando as elevadas taxas de crescimento de 9,1% em 2007, 11% em 2008 e 12,9% em 2009. Conforme será demonstrado posteriormente na análise das finanças públicas, esse rápido crescimento econômico coincide com as primeiras transferências de divisas do Fundo Petrolífero para o financiamento das despesas públicas, promovendo a elevação dos gastos do Estado, principalmente suas despesas correntes e de investimento, que, portanto, possibilitaram esse dinamismo da economia nacional.

Os anos de 2010 e 2011 são caracterizados pela redução do ritmo do crescimento para 6,1% e 7,3% respectivamente, as quais continuam sendo taxas altas, mas que podem ser consideradas mais sustentáveis no longo prazo, por serem mais compatíveis com a capacidade de absorção do país.

Como pode ser visto no gráfico 3, desde os anos após a independência do país até 2010, o peso da agricultura na produção nacional vem diminuindo gradualmente. Isso vem ocorrendo devido ao lento aumento apresentado pela produção agrícola, com crescimento médio de 5% ao ano desde 2002, enquanto o elevado ritmo de expansão das despesas públicas promoveu uma participação mais destacada do setor público na produção timorense, com desenvolvimento médio de 11% ao ano.

Gráfico 3: PIB não petrolífero por setor, a preços de 2000, em percentagem



Fonte: elaboração própria de acordo com os dados do Ministério das Finanças (2011)

\* Excluído a ONU

Nota: os dados de 2010 são preliminares

O maior problema da economia timorense persiste: o pequeno nível de investimento privado torna a economia cada vez mais dependente do Estado, tornando o desenvolvimento econômico interligado a uma política orçamental expansionista.

Desta forma, percebe-se que atualmente o setor público domina a produção da economia não petrolífera de Timor-Leste, com um peso de 39% da produção, em segundo lugar encontra-se o setor de serviços, com 31%, dentre os quais cerca de 10% são gerados pelo segmento de construção. A agricultura, em terceiro lugar, corresponde a 28% da produção, seguido pela indústria com 3%, a qual é constituída nomeadamente pela manufatura de pequena escala.

### 3.3 Inflação

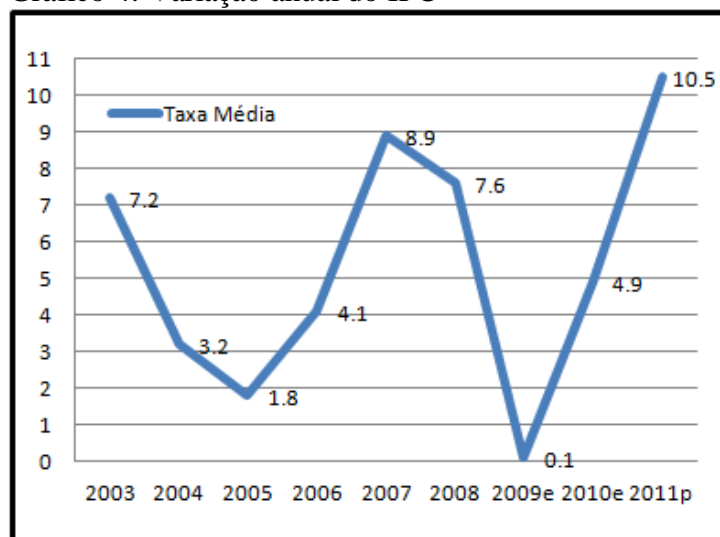
Segundo o relatório anual da ABP de Timor-Leste de 2009, o cálculo do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do país é realizado pela Direção Nacional de Estatística através da coleta mensal de informações sobre os preços de aproximadamente 200 produtos. Porém, a coleta mensal só é realizada em Díli, a capital, sendo feita apenas trimestralmente e de forma alternada também em Baucau, Maliana ou Maubisse. Logo, o IPC pode não corresponder de forma integral à realidade, podendo estar sub ou sobre avaliado.



A dolarização da economia trouxe algumas vantagens, entretanto, o governo timorense ficou impossibilitado de utilizar a política monetária como mecanismo de estabilização da economia nacional. Após 2005, com a elevação dos ganhos petrolíferos, o governo passou a se utilizar de uma política fiscal extremamente expansionista com o intuito principal de proporcionar a elevação da qualidade de vida de seus habitantes (que ainda permanece baixíssima), porém, gerando dificuldades de ajustamento entre a oferta e a demanda por bens e serviços.

De acordo com os dados disponíveis no relatório World Economic Outlook, de setembro de 2011, do FMI, a evolução da taxa média anual do IPC do período entre 2003 e 2011 (projeção) é conforme demonstrada abaixo.

Gráfico 4: Variação anual do IPC



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados do FMI, 2011

Os alimentos possuem um peso de quase 57% no cálculo do IPC, por isso a evolução dos preços deste agrupamento de produtos é determinante para a constituição do índice (ABP, 2003).

Comparativamente com o primeiro ano em que há dados regulares disponíveis sobre a taxa média de inflação de Timor-Leste, que era de 7,2% em 2003, nos anos de 2004 e 2005 ela sofre uma redução progressiva, chegando a menos de 2% em 2005.

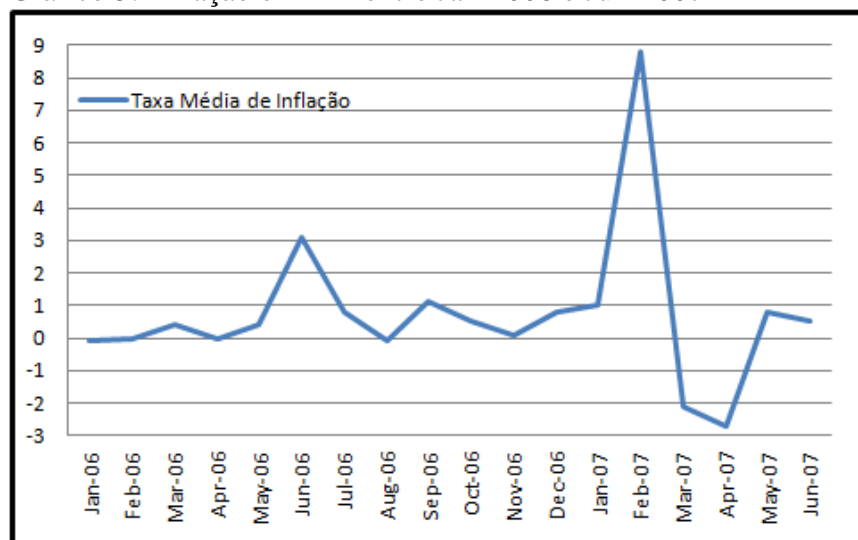
Esta diminuição da taxa de inflação deve-se especialmente à redução dos preços alimentícios (especialmente o arroz, que é o cereal mais consumido pela população), possibilitada pelo aumento da produção agrícola, à melhora das condições de transporte da produção da zona



rural para a zona urbana e à apreciação do dólar norte-americano face à rúpia indonésia (moeda Indonésia, um dos principais países fornecedores das importações timorenses). Entretanto, outros grupos de produtos como “bebidas e tabaco”, “habitação” e “transportes e comunicações”, refletindo o aumento do custo do petróleo, tiveram seus preços aumentados em até 10% no período sem afetar de forma significativa o IPC devido a seu baixo peso no cálculo do índice (ABP, 2005).

A inversão dessa tendência de queda da inflação ocorreu principalmente devido à instabilidade sócio-política vivida pelo país em 2006. Este momento pode ser visto com maior clareza no gráfico 5.

Gráfico 5: Inflação em Díli entre Jan-2006 e Jun-2007



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da Direção Nacional de Estatística

A partir do início da crise, em abril, a inflação média mensal se elevou até chegar ao pico de 8,8% em fevereiro de 2007, taxa nunca alcançada anteriormente, iniciando imediatamente no mês seguinte uma recuperação da normalidade com até mesmo a ocorrência de taxas de inflação negativas. Este aumento do índice de preços registrado em fevereiro se deve à gradual estabilização da situação política e social vigente e também a uma crise de abastecimento de arroz. O arroz importado teve seu preço médio aumentado em aproximadamente 70% entre janeiro e fevereiro de 2007. Todavia, com a normalização do abastecimento do mercado, em março e abril de 2007, se inicia a redução da inflação, finalizando o ano com uma taxa anual de

8,9%. Após este período o preço do arroz se reduziu rapidamente, mas sem retornar ao nível anterior (ABP, 2007).

O ano de 2008 se iniciou com a elevação da inflação devido a um novo aumento dos preços do arroz, o qual apresentava nos mercados de exportação asiáticos, em maio de 2008, um aumento superior a 200%. As autoridades timorenses implementaram, então, uma política de subsídios ao consumo de arroz, importando o produto do Vietnã e vendendo a baixíssimos preços no comércio local. Outro fator que auxiliou a diminuição da inflação neste período foi a valorização do USD perante as moedas dos principais parceiros comerciais (Indonésia, Austrália e Singapura) (BANCO DE PORTUGAL, 2009).

A tendência de alta da taxa da inflação desde os meses finais de 2009, culminando com uma taxa de 4,9% em 2010 ocorreu devido à alta dos preços internacionais dos alimentos (principalmente arroz) e do petróleo, à política fiscal expansionista e à depreciação do dólar norte-americano, principalmente face à Rupia Indonésia, país de origem da maior parte das importações de Timor. (BANCO DE PORTUGAL, 2011).

### **3.4 Comércio Internacional**

A economia de Timor-Leste é marcada pela carência da produção interna, com exceção de café, frutas e verduras. Frente a essa deficiência e tendo disponíveis expressivos recursos financeiros advindos da exploração off-shore de petróleo no mar de Timor, acaba por tornar uma economia com enormes desequilíbrios da balança comercial não somente extremamente aberta como também dependente das importações.

#### **3.4.1 Exportações**

Como pode ser observado na tabela 2, exceto os produtos petrolíferos, o café é praticamente o único produto exportado por Timor-Leste, de tal forma que no ano de 2009 somente 200 mil USD dos quase 8,5 milhões exportados não foram deste produto. Os valores exportados são modestos, entretanto promovem um impacto sócio-econômico importantíssimo no país.

O valor das exportações de café referentes aos anos de 2007 e 2010 não foi informado pela Direção Nacional de Estatística, porém, baseando-se nos anos que estão disponíveis pode-se deduzir que seja um valor bem próximo ao que consta no item Exportações.

<b>Tabela 2: Exportações entre 2004 e 2010 em mil USD</b>							
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Exportações</b>	6,973	8,093	8,455	7,734	12,899	8,491	16,395
<b>Das quais Café</b>	6,900	7,630	7,999	-	12,632	8,291	-
<b>Re-exportações</b>	98,682	35,358	52,231	11,445	36,307	26,021	25,265
<b>Total Exportações</b>	<b>105,656</b>	<b>43,451</b>	<b>60,685</b>	<b>19,179</b>	<b>49,206</b>	<b>34,521</b>	<b>41,660</b>

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da Direção Nacional de Estatística

Segundo a ABP (2010), o item re-exportações presente na tabela 2 corresponde a bens anteriormente importados pela ONU, que são reenviados para o exterior. Portanto, estes valores não representam atividades comerciais normais e não serão levadas em consideração como exportações do país.

As exportações de café apresentam um crescimento estável no período apresentado na tabela, com exceção dos anos de 2008 e 2010, anos em que os valores exportados se elevam acentuadamente. Este fato é explicado pelo Banco de Portugal (2011) como decorrência de boas safras e devido ao preço internacional do produto estar relativamente elevado.

Segundo informa o Governo de Timor-Leste (2010), cerca de 50.000 famílias timorenses são produtoras de café e os distritos que apresentam maior produção são Aileu, Ainaro, Bobonaro, Ermera (onde se encontra atualmente a metade do plantio total de café), Liquiçá e Manufahi. Em nível global, a produção de café de Timor é ínfima, no entanto o país possui vantagem competitiva na produção de café orgânico. O Híbrido do Timor, tipo de café de origem no país que resulta de um cruzamento natural entre as variedades Robusta, resistente à ferrugem, e Arábica, conhecido por sua boa qualidade, é famoso no mercado internacional como um café orgânico de qualidade.

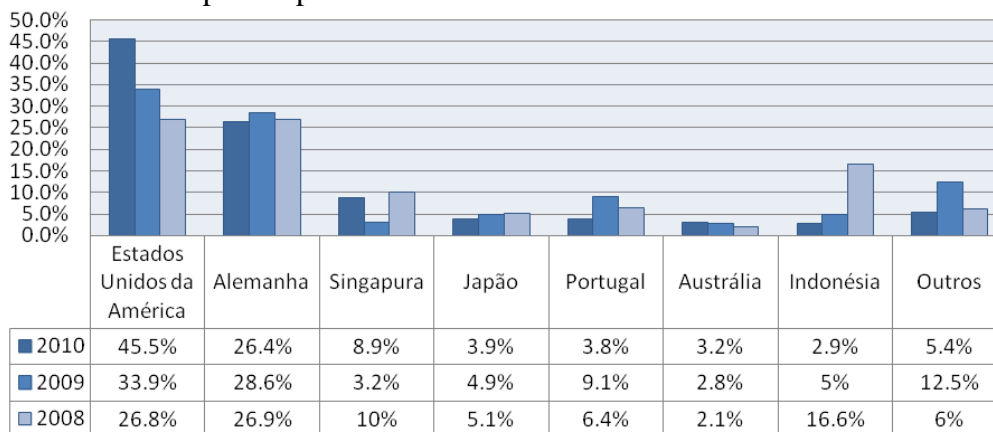
Conforme a Associação Brasileira de Produtores de Grãos não Geneticamente Modificados (2007), a ABRANGE, “O café orgânico é considerado como um café especial e que atende as exigências do mercado consumidor consciente e com poder de compra. Este mercado

motiva os pequenos e médios produtores que podem agregar valores aos seus produtos e manter a viabilidade econômica da atividade.”

Seu preço pode chegar a 25% a mais do que o café convencional e alguns cafés possuidores do selo de certificação para o comércio justo podem ter um aumento de preço de até 50% em relação ao café convencional. Os maiores consumidores mundiais de café orgânico são os Estados Unidos, Europa e Japão. Desta forma, este é um excelente nicho de mercado em que Timor pode desenvolver, com a vantagem de já possuir grande parceria na comercialização de seu café orgânico com um dos maiores consumidores mundiais do produto, os Estados Unidos (ABRANGE, 2007).

As exportações do café de Timor-Leste possuem um grau de concentração muito elevado entre poucos países, conforme é demonstrado no gráfico 6 com os dados referentes aos três últimos anos:

Gráfico 6: Principais importadores do café timorense



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da Direção Nacional de Estatística

Os principais importadores do café do país são os Estados Unidos da América e a Alemanha, que juntos importaram mais de 70% das exportações do ano de 2010. Nos anos apresentados, enquanto a Alemanha se manteve estável, os Estados Unidos gradualmente elevou sua fatia dentre os maiores importadores do café do Timor-Leste, elevando-se de 26,8% em 2008 para 45,5% em 2010.

Os Estados Unidos são compradores tradicionais do café nacional em decorrência da parceria comercial que possui com a Cooperativa Café Timor e também pelo apoio que fornece à colheita e comercialização do café timorense. Um dos fatores propulsores da colocação da

Alemanha como o segundo principal país importador do café timorense é consequência da cooperação deste país em projetos de recuperação e desenvolvimento agrícola em Timor (BANCO DE PORTUGAL, 2009).

A antiga parceira comercial, a Indonésia, que já esteve entre os principais importadores do café do Timor, reduziu drasticamente suas importações, que passaram de 16,6% em 2008 para apenas 2,9% em 2010.

### 3.4.2 Importações

Como já referido anteriormente, a economia timorense possui um alto grau de dependência de importações. Essa dependência é apresentada de forma clara na tabela 3, por exemplo, quando no ano de 2010 o valor das importações alcançou os 298 milhões de USD em face de somente 16 milhões de USD em exportações comerciais efetuadas pelo país.

Tabela 3: Importações entre 2004 e 2010 em mil USD							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Importações de Mercadorias	113,491	100,583	98,304	131,680	214,792	237,351	246,311
Outras Importações	32,619	8,551	19,176	55,095	53,792	57,745	51,780
Total Importações	146,110	109,134	117,480	186,775	268,584	295,096	298,091
Total Exportações	105,656	43,451	60,685	19,179	49,206	34,521	41,660
Exportações	6,973	8,093	8,455	7,734	12,899	8,491	16,395
Balança Comercial							
(1) Total Exp - Total Imp	-40,454	-65,683	-56,795	-167,596	-219,378	-260,584	-256,431
(2) Exp - Total Imp	-139,137	-101,041	-109,025	-179,041	-255,685	-286,605	-281,696

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da Direção Nacional de Estatística

Conforme detalha a ABP (2007), o item “Importações de Mercadorias”, demonstrado na tabela, refere-se aos produtos que pagam os impostos alfandegários. As importações classificadas como “Outras importações” são as que são isentas do pagamento de impostos por se destinarem ao consumo da ONU ou de outras Organizações Não-Governamentais, de embaixadas de países estrangeiros e importações destinadas ao Governo do país.

Em 2004 e 2005 as “Outras importações” acompanham o ritmo que vinha de anos anteriores, e continuam se reduzindo, devido à gradual saída da UNMISSET do país. Contudo, esta

tendência é interrompida pelas instabilidades ocorridas em 2006, juntamente com o retorno da presença internacional em Timor. Pode-se notar que imediatamente em 2006 as “Outras importações” retomam o crescimento, passando de 19 milhões de USD em 2006 para mais de 51 milhões de USD em 2010.

De 2004 a 2007 percebe-se que o valor das importações comerciais mantinha-se numa margem praticamente estável, variando entre 98 e 131 milhões de USD. Entretanto, em 2008 as importações comerciais se elevam em mais de 60% em relação a 2007, de tal forma que, em 2007 as mesmas totalizavam 131 milhões de USD, mas em 2008 se elevaram para 214 milhões. Um dos fatores causadores deste acontecimento foi citado anteriormente, e refere-se ao período em que, no ano de 2008, o arroz se encontrava a preços superiores a 200% nos mercados de exportação asiáticos. Outro fator gerador foi o efeito da drástica elevação das despesas públicas proporcionadas pelas receitas petrolíferas, de forma a aquecer a economia, promovendo a elevação da importação de veículos e outros equipamentos mecânicos e elétricos.

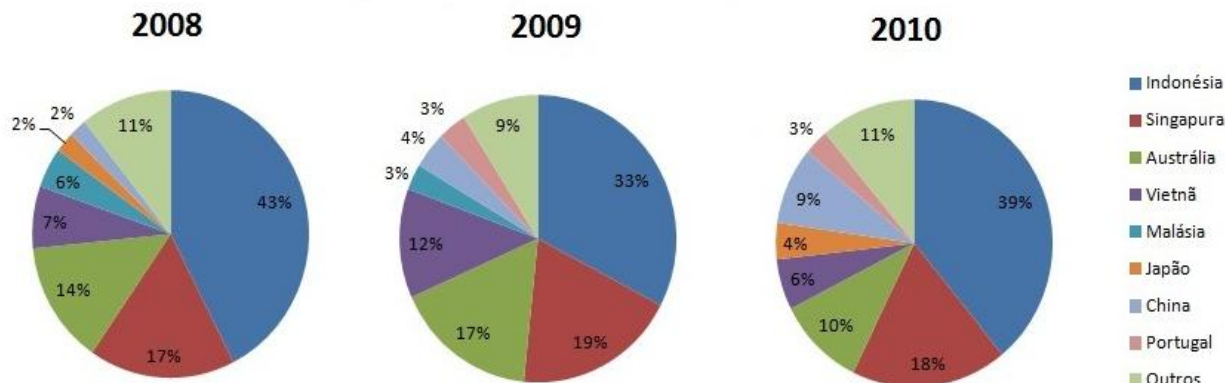
Na tabela 3 o cálculo da balança comercial é apresentado de duas formas, o total das exportações subtraído o total das importações (1) e exportações subtraído o total das importações (2). Como explanado anteriormente, o item Total das exportações possui as Re-exportações somadas às Exportações, porém, como as Re-exportações não são atividades comerciais verdadeiramente nacionais, este dado torna-se inconsistente com a realidade econômica do país. Desta forma, os dados considerados neste estudo são os do cálculo 2.

Percebe-se que o cálculo 1 apresenta um déficit consideravelmente menor do que o 2, fazendo parecer que as exportações de Timor são maiores do que elas verdadeiramente são, pois não são excluídas as re-exportações praticadas pela ONU. Em alguns anos essa diferença é marcante, por exemplo, em 2004 onde o déficit calculado desta forma é menor que a metade do resultado do 2.

Analisando somente o cálculo 2, é verificado um histórico de déficits comerciais esmagador, onde em 2010 as exportações foram somente de 16 milhões de USD face às 298 milhões de importações.

Aprofundando um pouco mais no perfil das importações realizadas por Timor-Leste, o gráfico 7 ilustra a distribuição geográfica de suas importações (em porcentagem), de 2008 a 2010.

Gráfico 7: Importações por país de origem

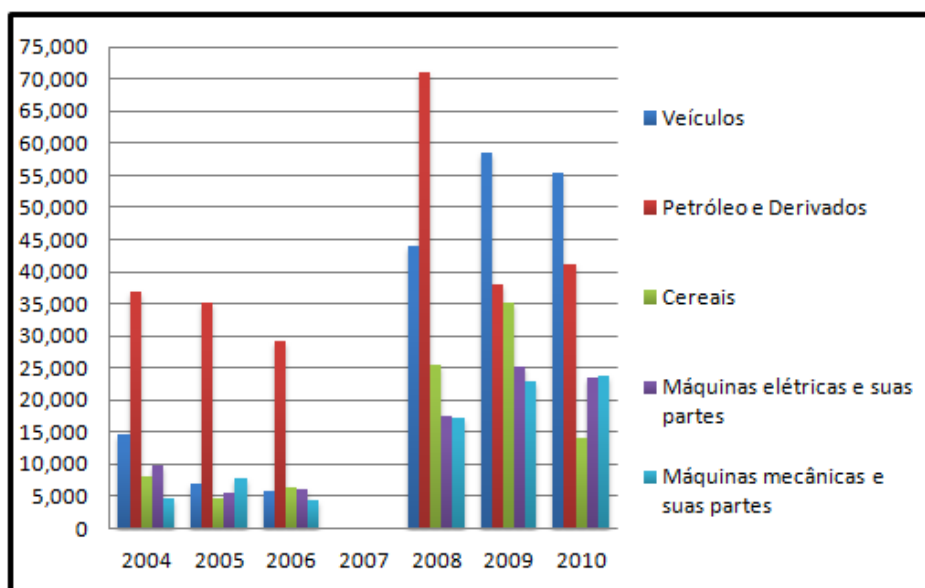


Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da Direção Nacional de Estatística

Nota-se que a posição relativa dos quatro principais países fornecedores de importações não se alterou entre os anos de 2008 e 2010. Em 2010, assim como nos anos anteriores, o principal país fornecedor das importações timorenses foi a Indonésia, com 39% das importações comerciais totais, seguida por Singapura, com 18%, por ser, conforme o Banco de Portugal (2009), o grande centro comercial de abastecimento de todo o Sudeste Asiático. A Austrália se encontra na terceira colocação, com 10%, e o Vietnã é o quarto, com 6%, devido, como já citado anteriormente, ao seu importante papel como fornecedor de arroz a Timor. Isto demonstra a acentuada concentração da procedência das importações nacionais, onde apenas estes quatro países foram a origem de 81% do total das importações comerciais de Timor-Leste tanto em 2008 quanto em 2009, e 73% em 2010.

Quanto aos principais itens da pauta de importações, conforme dados coletados junto à Direção Nacional de Estatística apresentados no gráfico 8, percebe-se que são majoritariamente bens de consumo (tanto duráveis quanto não duráveis). Destacando que para o ano de 2007 não há dados disponíveis devido à crise sócio-política ocorrida naquele ano.

Gráfico 8: Principais mercadorias importadas (em mil USD)



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da Direção Nacional de Estatística

Durante todo o período apresentado no gráfico 8, o petróleo e seus derivados permaneceram como os principais produtos importados. Em 2008 percebe-se uma drástica elevação, o valor importado que era de cerca de 29 milhões de dólares em 2006, ultrapassou os 71 milhões em 2008 devido não somente ao aumento da quantidade importada, mas também, e principalmente, devido a um acentuado acréscimo no preço internacional do petróleo. Nos anos seguintes, 2009 e 2010, com a normalização dos preços nos mercados internacionais, o valor das importações de petróleo retorna à faixa dos 38 e 41 milhões de dólares, respectivamente.

É nítida a ascensão da importação de veículos a partir de 2008, onde em 2006 era de menos de 10 milhões de dólares, mas em 2008 ultrapassou os 40 milhões. Em 2010, juntos, a importação de veículos e de petróleo e seus derivados, representam mais de 30% da pauta de importações do país.

A importação de cereais, no qual o produto de principal peso é o arroz, se elevou de pouco mais de 6 milhões de USD em 2006 para 25 milhões em 2008 e 35 milhões em 2009. Esse fato pode ser explicado pela ascensão dos preços do produto no período, que, como citado anteriormente, ocasionou uma crise de abastecimento do arroz, obrigando o Governo a intervir através da venda subsidiada do produto.

As importações tanto de máquinas mecânicas quanto elétricas abrangem grande parte dos equipamentos de produção industrial, desta forma, as importações destes dois grupos de mercadorias podem evidenciar o nível de industrialização do país. Todavia, nestes mesmos



grupos estão inclusos a maior parte dos bens de consumo duráveis, fazendo-se necessária uma análise mais aprofundada dos componentes destes dois grupos e sua participação relativa face ao total, cujos dados não estão disponíveis até o presente momento. Quanto a essa questão, a ABP, em seu Relatório Anual de 2010 afirma que “Informação avulsa parece apontar para o facto de a parte mais importante destes grupos ser constituída por importações de bens de consumo duradouro e não por equipamentos de natureza industrial.”

Esse baixo nível de investimento produtivo é muito preocupante para o país, pois impede seu desenvolvimento sustentável, induz a uma reduzida empregabilidade, enfatizando-se que já tornou (até os dias atuais) e continuará tornando a economia de Timor-Leste cada vez mais dependente das importações. Entretanto, não se pode esquecer, o país não “caiu de pára-quedas” nesta situação, ela é fruto de séculos do colonialismo português e mais de duas décadas da ocupação forçada pela Indonésia.

### **3.5 Finanças Públicas**

Neste tópico serão descritas e analisadas as finanças públicas de Timor-Leste, iniciando pelas fontes de financiamento e suas receitas e posteriormente explanando sobre as despesas.

#### **3.5.1 Fontes de Financiamento e Receitas**

O Governo de Timor utiliza como sua principal fonte de financiamento as receitas petrolíferas, as quais possibilitam, até então, a inexistência de dívida pública tanto interna quanto externa. Todavia, segundo a Comissão de Economia, Finanças e Anti-Corrupção (2010), Timor-Leste é um dos países mais dependentes das receitas petrolíferas no mundo.

Após a criação do Fundo Petrolífero de Timor-Leste, em 2005, diferente do que ocorria até então, o Fundo passou a ser o receptor de todas as receitas petrolíferas do país. Ou seja, estas receitas não ingressam diretamente ao Orçamento Geral do Estado, sendo, primeiramente, acumuladas sob a forma de títulos financeiros. Assim sendo, o Estado poderá utilizar somente uma parcela desses recursos e apenas após aprovação do Parlamento Nacional (SERRA, 2006).

Quanto ao tipo de despesas públicas que as receitas do Fundo Petrolífero podem financiar, o Governo timorense optou por não fazer restrições, podendo ser utilizadas tanto para realização

de despesas com infra-estrutura quanto com despesas correntes. Entretanto, as despesas do Estado não podem ultrapassar um nível considerado sustentável, o qual é definido por cerca de 3% da soma das receitas internas não petrolíferas com o valor estimado do rendimento constante (revisto periodicamente) da aplicação do capital do Fundo Petrolífero (BANCO DE PORTUGAL, 2008).

Como pode ser visto na tabela 4, o financiamento das despesas do Estado é garantido pelas receitas domésticas (provindas de impostos) e pelas transferências do Fundo Petrolífero, de tal forma que, em 2010, as receitas domésticas financiaram menos de 9% das despesas públicas totais (as quais totalizaram 758 milhões de dólares, diante de apenas 67 milhões provindos das receitas domésticas). Deste modo, esse é um dado preocupante, pois, segundo afirma a Comissão de Economia, Finanças e Anti-Corrupção (2010), a média da contribuição das receitas domésticas de outros países produtores de petróleo é de 18% por ano.

<b>Tabela 4: Receitas Públicas 2002-2011 (milhões de USD)</b>													
	2002/ 2003	2003/ 2004	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2°	2008		2009		2010		2011
							Orç	Exec	Orç	Exec*	Orç	Exec*	Orç
<b>RECEITAS</b>													
Receitas Domésticas	19	29	37	34	40	20	40	44	59	59	62	67	77
Transferência do Fundo Petrolífero	0	0	0	0	260	40	687	396	589	512	811	811	734
Donativos	33	35	34	1	11	0	1	1	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>52</b>	<b>64</b>	<b>71</b>	<b>35</b>	<b>311</b>	<b>60</b>	<b>728</b>	<b>441</b>	<b>648</b>	<b>571</b>	<b>873</b>	<b>878</b>	<b>811</b>
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	69	69	71	93	172	105	742	533	649	573	838	758	873
<b>EXCEDENTE/DÉFICIT FISCAL (exclusas receitas petrolíferas)</b>	<b>-17</b>	<b>-5</b>	<b>0</b>	<b>-58</b>	<b>-121</b>	<b>-85</b>	<b>-702</b>	<b>-488</b>	<b>-590</b>	<b>-514</b>	<b>-776</b>	<b>-691</b>	<b>-796</b>

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da ABP e do Ministério do Plano e Finanças  
\* Estimativa

Através dos dados expostos na tabela 4 nota-se que as receitas derivadas de impostos (as Receitas Domésticas) apresentam um lento crescimento. Desta forma, tanto o alto crescimento econômico, com média de 5,4% entre 2002 e 2011, quanto a ocorrência, em 2008, de uma Reforma Tributária, não foram suficientes para promover um aumento significativo das receitas domésticas.

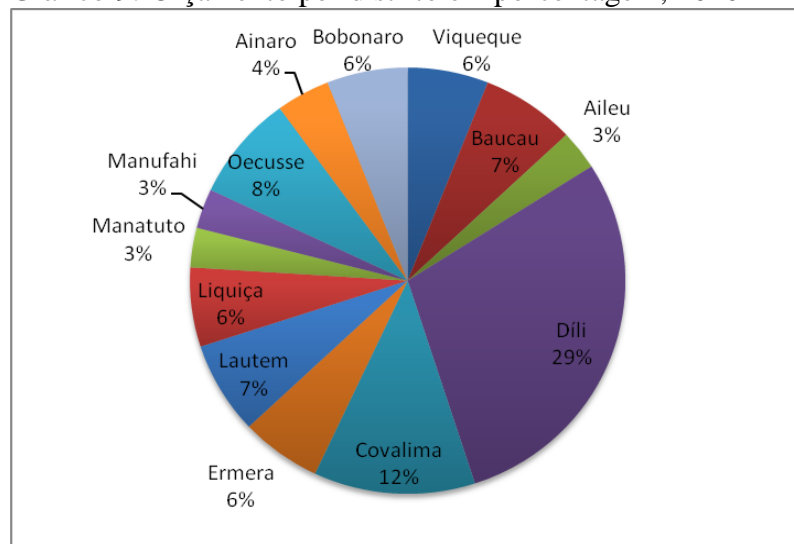
A dependência das receitas advindas do Fundo Petrolífero se eleva anualmente, face ao aumento das despesas não acompanhadas pelo crescimento das receitas domésticas, de tal forma que em 2010 as transferências do Fundo representaram mais de 90% das receitas totais do

Estado. Tanto que, para suprir a ampliação das despesas de 2010, as receitas do Fundo precisaram ser elevadas em 58% em relação a 2009.

Conforme o Banco de Portugal (2011), as autoridades timorenses definiram como meta que até 2015 as receitas domésticas devem chegar a 20% do PIB não petrolífero. Para concretizar este objetivo serão realizados melhoramentos na administração tributária, ações contra a evasão fiscal, ampliação da base tributária e a alta de alguns impostos sobre bens de consumo de luxo.

De acordo com os dados coletados junto à Comissão de Economia, Finanças e Anti-Corrupção (2010), a divisão das receitas do Estado por distrito definidas no orçamento de 2010 segue-se conforme a demonstrada no gráfico 9.

Gráfico 9: Orçamento por distrito em porcentagem, 2010



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da Comissão de Economia, Finanças e Anti-Corrupção, 2010

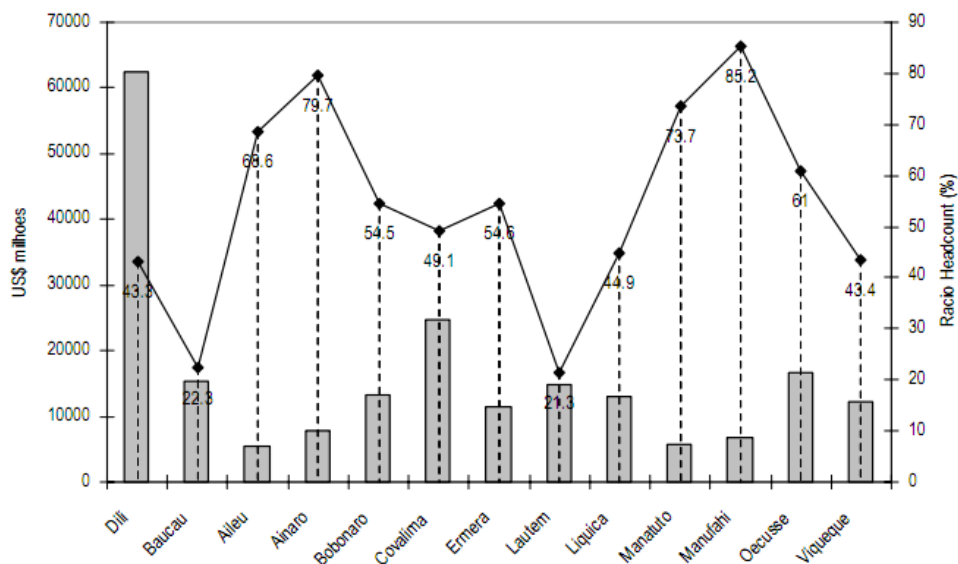
No gráfico 9 fica clara a discrepância entre os valores designados a cada distrito. Nota-se que, no orçamento de 2010, 29% das receitas concentram-se na região da capital, Díli, e que apenas 19% das receitas são destinadas aos cinco distritos mais pobres do país juntos, sendo eles Manufahi (com 3%), Ainaro (com 4%), Aileu (com 3%), Ermera (com 6%), e Manatuto (com 3%).

Não é oficialmente divulgado o motivo da decisão dessa concentração dos gastos dos recursos públicos em Díli, porém o que é conhecido é que nesta região reside mais de 20% da

população total do país, juntamente com a sede dos Ministérios do governo, Parlamento Nacional e da maior parte das demais instituições públicas.

Essa divergência de níveis de investimento por regiões pode ser facilmente vista no gráfico 10, que compara os fundos destinados a cada distrito com o percentual da população que se encontra abaixo da linha da pobreza.

Gráfico 10: Orçamento por distrito e percentual da população abaixo da linha da pobreza em 2010



Fonte: Comissão de Economia, Finanças e Anti-Corrupção, 2010

Manufahi e Ainaro são os dois distritos mais pobres de Timor-Leste, possuindo, respectivamente, 85,2% e 79,7% de seus habitantes vivendo abaixo da linha da pobreza e ambos recebem menos de 10 milhões de USD cada no orçamento de 2010. Desta forma, na presença de taxas de pobreza tão altas, torna-se necessário nos próximos orçamentos anuais pôr em evidência um programa público declaradamente de redução não somente da pobreza como também da desnutrição, de forma a disponibilizar um maior nível orçamental às regiões mais pobres.

### 3.5.2 Despesas

Em um país na situação de Timor-Leste, onde o setor privado industrial é ainda inexpressivo, a ação do Estado como ator econômico se faz indispensável. Como pode ser visto na tabela 5, as despesas públicas de Timor-Leste seguem uma drástica trajetória de aumento,

onde em menos de uma década se elevaram de 69 milhões de dólares para 873 milhões (despesas orçadas para 2011). Em 2010 as despesas públicas registraram valores correspondentes a 121% do PIB não petrolífero (a preços correntes).

**Tabela 5: Despesas Públicas 2002-2011 (milhões de USD)**

	2002/ 2003	2003/ 2004	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2°	2008		2009		2010		2011
							Orç	Exec	Orç	Exec*	Orç	Exec*	Orç
<b>RECEITAS TOTAIS</b>	52	64	71	35	311	60	728	440	648	571	873	878	811
<b>DESPESAS</b>													
<b>Despesas Correntes</b>	53	53	56	66	133	62	592	358	406	364	543	504	518
<b>Despesas com pessoal</b>	22	24	25	26	40	24	61	53	91	86	99	94	103
<b>Bens e serviços</b>	25	23	26	34	64	15	171	154	185	158	259	242	240
<b>Transferências e subsídios</b>	6	7	5	6	29	23	360	151	129	120	184	168	175
<b>Despesas de investimento</b>	5	2	3	16	21	1	150	175	243	209	295	254	355
<b>Despesas do exercício anterior</b>	11	13	12	11	18	42	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	69	69	71	93	172	105	742	533	649	573	838	758	873
<b>EXCEDENTE/DÉFICIT FISCAL</b>	-17	-5	0	-58	-121	-85	-702	-488	-590	-514	-776	-691	-796
<b>(exclusas receitas petrolíferas)</b>													

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da ABP e do Ministério das Finanças

\* Estimativa

As despesas públicas apresentadas na tabela 5 a partir do ano 2002 até 2007 estão disponíveis segundo o ano financeiro (de 1 de Julho a 30 de Junho), após este período foi definido como padrão para o registro destes dados o ano civil.

Percebe-se que a política expansionista das despesas públicas segue um acelerado ritmo de crescimento desde que as receitas do petróleo e gás começaram a financiar o OGE em 2007.

Outro fator que deve ser destacado são as despesas com transferências e subsídios, que apresentam um aumento de 40% em relação a 2009, e abrangem desde auxílio monetário a indivíduos necessitados de apoio urgente (como parte da população deslocada durante a crise de 2006) e ao combate à pobreza até fundos de apoio a cooperativas. Conforme a Comissão de Economia, Finanças e Anti-corrupção (2011), a elevação dessas despesas foram promovidas por transferências de fundos destinadas à população vulnerável, à terceira idade e a pensões a ex-combatentes que foram intensificadas em 2010.

Entretanto, sobre as ações das transferências e subsídios no combate à pobreza, a “Comissão” (2010) critica a atuação do Estado pela ocorrência de distribuição de alguns

subsídios tratados meramente como mecanismos de assistência ou redistributivos, em vez de serem ligados a um incentivo, como pôr os filhos na escola.

O ano de 2008 é um marco nas finanças públicas de Timor, pois no período entre 2007 e 2008 o capital do Fundo Petrolífero teve um aumento de 100% devido à elevação dos preços do petróleo no mercado internacional (isto pode ser observado no gráfico 1, que mostra a evolução do capital do Fundo). Devido a este inesperado acréscimo das disponibilidades das receitas petrolíferas e, conseqüentemente, da parcela que poderia ser gasta pelo orçamento de 2008, foi criado um Orçamento Retificativo na metade de 2008, onde as despesas públicas totais passavam dos 348 milhões de USD orçados originalmente para 742 milhões, ou seja, registrando um aumento de mais de 100%. Desta forma, as despesas executadas, que no ano financeiro de 2006/2007 totalizavam 172 milhões de USD, em 2008 ultrapassaram os 500 milhões.

Quanto às bruscas elevações dos gastos públicos de Timor, a ABP (2009) salienta que suas vantagens quanto à estabilidade e sustentabilidade podem ser questionáveis, visto que podem ocasionar efeitos negativos sobre a taxa de inflação e o aumento abrupto do consumo.

No período analisado é nítida a evolução das despesas de investimento. De tal forma que, no ano financeiro 2002/2003 as despesas de investimento representaram somente pouco mais de 7% das despesas totais, entretanto, menos de uma década depois, dentre as despesas totais executadas em 2010, 33,5% foram destinadas a despesas de investimento.

Percebe-se que o aumento das despesas públicas, principalmente as de investimento, representa uma prioridade para o Governo de Timor, na tentativa de elevação da qualidade de vida da população, melhoramento de infra-estruturas básicas (nomeadamente o setor de transportes, energia elétrica, educação e saúde), geração de emprego, entre outras finalidades. Prova disso é que, ao se comparar as despesas executadas em 2010 (despesas orçamentadas que foram realmente realizadas) e as orçamentadas para 2011, percebe-se que as despesas foram aumentadas em 115 milhões de dólares, dos quais 101 milhões destinados exclusivamente a despesas de investimento.

Todavia, o setor agrícola, mesmo tendo grande importância para o sustento de cerca de 80% da população, tem recebido um baixo nível de financiamento e de intervenção política. Segundo a Comissão de Economia, Finanças e Anti-Corrupção (2010), o OGE de 2010 destinou somente 4% dos recursos totais disponíveis para a agricultura e desenvolvimento rural, dos quais 2% foram financiados por doadores, e não pelo Estado, porém, países em situação parecida à de

Timor costumam designar cerca de 10% do orçamento total. Até então outras áreas importantes sofrem do mesmo “esquecimento” dos investimentos públicos, como a pesca, a indústria e o turismo.

Referente ao déficit fiscal (exclusas as receitas petrolíferas) apresentado na tabela 5 percebe-se que, devido ao não acompanhamento do ritmo de crescimento das receitas derivadas de impostos, e desde a aceleração dos Gastos em 2008, o resultado corrente é a expansão do déficit fiscal. Assim, no ano financeiro de 2006/2007 o déficit que era de -121 milhões de USD, em 2010 alcançou os -691 milhões, ou seja, multiplicou-se em mais de cinco vezes.

Analizando a diferença entre os valores dos gastos orçados dos efetivamente executados dos anos 2008, 2009 e 2010 apresentados na tabela 5, ficam nítidas as dificuldades do Estado em executar o orçamento, de tal maneira que o grau de execução orçamental nestes anos foi, respectivamente, de 72%, 88% e 91%. Assim, em 2010 o Estado deixou de realizar despesas previstas no orçamento no valor de 80 milhões de dólares. Entretanto, conforme o Banco de Portugal (2011), se comparada com os primeiros anos pós-independência, atualmente a taxa de execução do país apresenta uma grande melhora.

A ABP (2009 e 2007) indica que esta freqüente dificuldade na execução do orçamento de Timor-Leste ao longo dos anos pode se dever à necessidade de melhorias na elaboração do orçamento, de forma a coincidir com as reais possibilidades de sua implementação, ou a necessidade da alteração de algum procedimento legal que esteja impossibilitando a execução orçamental.

Todavia, segundo conclusões da Comissão de Economia, Finanças e Anti-Corrupção (2010), mesmo com a elevação da execução orçamental registrada nos últimos anos, a eficácia das despesas públicas continua baixa.

No “Relatório e Parecer” de 2011, a Comissão de Economia, Finanças e Anti-Corrupção afirma que essa tendência de aumento dos valores retirados do Fundo Petrolífero é algo prematuro enquanto não houver progressos na qualidade do controle de implementação e prestação de contas, essenciais para uma boa governança e transparência. Nas palavras da “Comissão” (2011, p.39 e 40), “É necessário melhoramento, em termos da clareza, das regras, da definição dos objectivos, dos planos, do aprovisionamento, do pessoal habilitado e dos equipamentos e ferramentas de gestão da informação financeira, da auditoria e avaliação do desempenho.”

Outro fator relevante a ser destacado quanto às despesas públicas de Timor-Leste é que elas não são as únicas a trazer benefícios para o país, devido à presença de organizações não-governamentais e ao auxílio multilateral, que promovem diversos projetos de desenvolvimento em prol de crianças (como o Fundo das Nações Unidas para a Infância, a UNICEF), do desenvolvimento humano (como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD), contra a fome (como o Programa Mundial de Alimentos, o WFP), entre outros.

### 3.6 Balança de Pagamentos

O fator determinante dos indicadores agregados extremamente positivos apresentados nas finanças públicas de Timor, proporcionados pelas reservas petrolíferas, repetem-se também nas contas externas. Assim sendo, percebe-se na tabela 6 um excedente da balança corrente igual a 271% do PIB não petrolífero (a preços correntes) em 2010.

Tabela 6: Balança de pagamentos 2004-2011 (milhões de USD)								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009 Est	2010 Est	2011 Prog
<b>BALANÇA DE TRANSAÇÕES CORRENTES</b>	26	260	539	1177	2029	1315	1699	1395
Exc. Assistência internacional	-273	127	355	896	1674	953	1378	1079
Balança Comercial	-121	-104	-92	-169	-285	-361	-555	-788
Exportações	8	8	9	7	14	9	20	14
Importações	-129	-112	-101	-176	-299	-370	-575	-802
Balança de Serviços	-302	-131	-199	-263	-433	-528	-409	-444
Balança de Rendimentos	149	363	645	1331	2410	1845	2342	2311
dos quais: Rend. Petrolíferos	141	354	637	1312	2399	1842	2320	2287
Balança de transferências correntes	300	133	185	278	337	359	321	316
das quais: Assist. Internacional	299	133	184	281	355	362	321	316
<b>BALANÇA DE CAPITAL E FINANCEIRA</b>	94	-289	-609	-1031	-2049	-1275	-1611	-1459
Balança de Capital	47	43	42	32	17	27	59	59
Balança Financeira	47	-332	-651	-1064	-2057	-1289	-1397	-1518
Valores em trânsito, erros e omissões	n.d.	n.d.	n.d.	1	-9	-13	-273	0
<b>BALANÇA GLOBAL</b>	121	-29	-70	147	-20	39	88	-64

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da ABP e do Ministério das Finanças  
n.d. dados não disponíveis

A balança de pagamentos é dividida entre a balança de transações correntes e a balança de capital e financeira. De tal forma que a balança de transações correntes é resultado da soma



algébrica da balança comercial, balança de serviços, balança de rendimentos e balança de transferências correntes.

Na balança comercial são computadas as transações que envolvem exportações e importações de mercadorias (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005). Quanto às exportações de Timor-Leste, como já citado anteriormente, elas representam um peso relativo muito pequeno, em 2010 equivalendo a apenas 3,2% do PIB não petrolífero (a preços correntes). Como em Timor tanto o número de indústrias quanto o volume de produção agrícola para comercialização é muito pequeno, os principais produtos importados são bens de consumo duráveis e não duráveis e o grau de importações é elevadíssimo. As importações apresentam um alto ritmo de crescimento desde 2007, estimuladas pela ampliação das receitas petrolíferas e, conseqüentemente, pelas despesas públicas. Porém, a partir de 2007, mesmo com o peso maior das importações, devido às receitas petrolíferas o excedente da balança de transações correntes nunca foi menor do que 1 bilhão de USD, tendo como seu ponto máximo o ano de 2008 em que apresentou um excedente de mais de 2 bilhões.

Segundo Krugman e Obstfeld (2005), a balança de rendimentos é constituída pelos movimentos de capitais derivados de pagamentos e recebimentos internacionais de juros, frutos de empréstimos ou de capitais investidos, e pelo lucro de empresas nacionais que atuam no exterior.

Conforme o Banco de Portugal (2006), o saldo positivo apresentado na balança corrente em 2005, exclusiva a assistência internacional, no valor de 127 milhões de dólares, foi uma ocorrência até então inédita na história do país, ou seja, foi o primeiro proporcionado unicamente com receitas geradas em Timor-Leste. Entretanto, a esse fato seguiram-se ininterruptamente saldos positivos nesta conta. Isto ocorre porque os rendimentos petrolíferos (royalties e juros) são contabilizados na balança de rendimentos, os quais ultrapassaram os 2 bilhões de dólares em 2010, promovendo novamente um saldo da balança corrente marcadamente positivo e a acumulação de reservas.

Antes de 2005, um saldo positivo na balança de transações correntes só era possível devido aos valores enviados pela assistência internacional, registrados na balança de transferências correntes. Conforme o Banco de Portugal (2006, p.107 e 108), essa assistência internacional é composta pela “ajuda directa a Timor-Leste e financiamento das operações das Nações Unidas, das suas agências e das instituições de cooperação internacional”.

No período entre a administração transitória da ONU após o referendo de 1999 até o final do ano de 2003, apenas com valores mínimos disponíveis das receitas petrolíferas, a assistência internacional era a sustentação principal da balança de pagamentos de Timor-Leste. Na tabela 6 é possível verificar que após 2004 a assistência internacional seguia um ritmo de queda, porém, com a ocorrência da crise sócio-política vivida pelo país em meados de 2006, a presença da comunidade internacional voltou a se fazer mais presente, já em 2007 elevando os valores da assistência em 100 milhões de USD.

Considerando-se a inflação, atualmente os valores enviados pela assistência internacional são menores do que eram nos anos seguintes à independência, porém continuam sendo considerados valores significativos quando comparados com o PIB não petrolífero, pois em 2010 estes valores representaram 51% do PIB não petrolífero (a preços correntes).

A balança de capital e a balança financeira registram as transações financeiras entre o Timor-Leste e o resto do mundo. A balança de capital contabiliza as transferências de riqueza entre países, nas palavras de Krugman e Obstfeld (2005, p. 229), estes ativos “Em sua maioria, resultam de atividades fora do mercado, ou representam a aquisição ou a venda de ativos não produzidos, não financeiros e provavelmente intangíveis (como direitos autorais, marcas registradas).”

Todavia, como se pode notar na tabela 6, os valores referentes à balança de capital são quase insignificantes quando confrontados com os da balança financeira, de tal forma que em 2010 a balança de capital teve um peso de menos de 4% sobre o total da conta de capital e financeira.

Conforme definem Krugman e Obstfeld (2005), a balança financeira é o resultado das transações internacionais tanto de compra quanto de venda de ativos financeiros, assim sendo, toda compra de ativos financeiros feita com as receitas advindas das explorações de petróleo e gás é registrado na conta financeira, esclarecendo o porquê das divergências entre os valores da balança de capital e da financeira.

Logo, a aplicação das receitas petrolíferas no exterior não promove o aumento das disponibilidades líquidas sobre o exterior das reservas detidas pela ABP, pois somente eleva o valor dos ativos do Fundo Petrolífero. Desta forma, os déficits apresentados na balança financeira são decorrência das aplicações realizadas pelo Fundo, as quais são registradas como negativas e que em alguns anos foram superiores aos excedentes da balança corrente, ocasionando resultados

negativos da balança global. Como nota-se na tabela 6, isso ocorre nos anos de 2005, 2006, 2008 e 2011 (BANCO DE PORTUGAL, 2010).

Em 2008, a elevação de quase 1 bilhão de USD do valor presente na balança financeira em relação a 2007 deve-se, como já citado anteriormente, a um grande aumento do preço do petróleo no mercado internacional. Como se pode perceber, este crescimento foi seguido por uma drástica queda de mais de 700 milhões de dólares em 2009, neste caso devido à queda dos preços do produto.

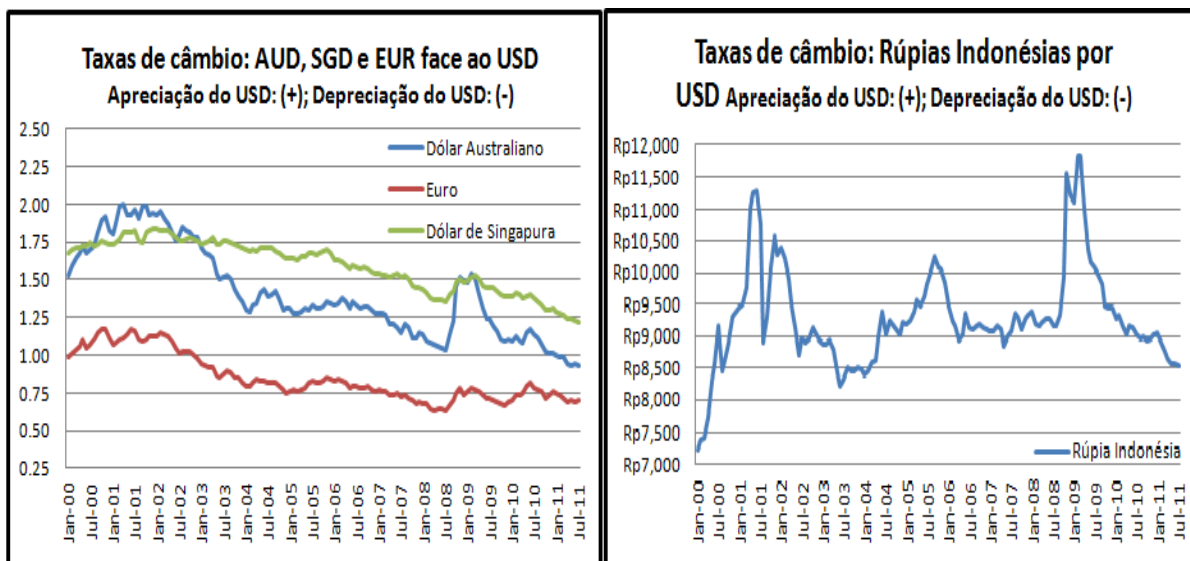
### **3.7 Taxas de Câmbio**

Nos anos finais da ocupação indonésia os timorenses sofreram com altas taxas de inflação e depreciação descontrolada da moeda indonésia, sendo que, conforme dados obtidos junto ao FMI, a taxa média anual de inflação do país alcançou os 58% em 1998 e 20,7% em 1999. Assim sendo, em menos de um ano, a taxa de câmbio da Indonésia passou de 2.428,00 IDR por USD em junho de 1997 para 13.967,00 em julho de 1998.

Porém, desde o ano 2000, o sistema monetário e cambial de Timor é determinado pela adoção do dólar norte-americano como moeda oficial e pela conseqüente perda de autonomia das políticas monetária e cambial.

Conforme citado anteriormente, as importações do país são principalmente originadas da Indonésia, Singapura e Austrália. Desta forma, segue nos gráficos 11 e 12 o comportamento do USD perante a Rúpia Indonésia (IDR), o Dólar de Singapura (SGD), o Dólar Australiano (AUD) e também ao Euro (EUR), importante moeda do sistema financeiro internacional, durante o período entre janeiro de 2000 a julho de 2011, enfatizando-se que com uma depreciação do USD o custo das importações timorenses se torna mais caro, e vice-versa.

Gráfico 11: Evolução do USD face ao SGD, ao AUD e ao EUR; Gráfico 12: Evolução do USD perante a IDR



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados do Pacific Exchange Rate Service

Entre janeiro de 2000 e junho de 2001 houve uma apreciação de quase 60% do USD face à IDR, beneficiando extremamente o custo das importações de Timor com origem na Indonésia. Entretanto, em agosto do mesmo ano o USD sofre uma forte depreciação, porém sem retornar ao nível anterior à drástica apreciação ocorrida.

Pelos gráficos 11 e 12 nota-se que o USD depreciou face ao SGD, ao AUD e ao EUR de janeiro de 2002 até julho de 2008. Sendo que o AUD é a moeda a qual o USD apresenta uma depreciação mais acentuada, passando de 1,95 AUD por USD em princípios de 2002 para 1,29 AUD por USD em fevereiro de 2004, finalizando este período de queda com 1,04 AUD por USD em julho de 2008.

Entretanto, tradicionalmente, o principal país fornecedor das importações timorenses é a Indonésia, sendo que em 2010 o país foi a origem de 39% das importações de Timor. Portanto, as apreciações e depreciações da taxa de câmbio entre o USD e a moeda deste país são as que provocam um efeito mais significativo nos preços dos consumidores timorenses. Desta forma, enquanto em 2003 a economia de Timor registrava uma taxa média anual de inflação de 7,2%, o câmbio do USD, que nos últimos meses de 2002 chegou aos 9.000,00 IDR, depreciava-se chegando aos 8.224,00 IDR por USD em junho de 2003.

Contudo, após tão acentuada depreciação, o dólar norte-americano iniciou um período de apreciação sobre a rúpia Indonésia que se estendeu até o final de 2005, reduzindo as pressões

inflacionistas em Timor de tal forma a proporcionar a redução gradual da inflação finalizando o referido ano com uma taxa média de 1,8%.

A desvalorização sofrida pela IDR durante este período foi decorrida, principalmente, devido ao retorno da alta da inflação no país que, segundo dados do FMI, em 2004 registrava uma taxa média anual de 6,7%, em 2005 alcançou os 10,5% e em 2006 chegou a 13,1%. No entanto, em 2007 a inflação volta a ser controlada no país, regressando aos 6%.

Em 2006, mesmo sem ter ocorrido ainda o fim da instabilidade inflacionária na Indonésia, a IDR volta a se apreciar perante o USD, tendência que permanece até setembro de 2008. Durante esse período Timor-Leste sofre uma crise política e social que, juntamente com a depreciação do USD, promove uma alta da taxa média de inflação, que chega a 8,9% em 2007.

O segundo semestre de 2008 é marcado pela apreciação do USD perante todos os principais parceiros comerciais analisados, com destaque para a IDR que teve seu ápice registrado em março de 2009 quando 1,00 USD tornou-se equivalente a 11.829,00 IDR, para alguns meses mais tarde retornar à trajetória de depreciação do USD perante as moedas em estudo. A tendência de depreciação do USD perante a moeda da Austrália e de Singapura segue até julho de 2011, ocorrendo o mesmo, mas de forma mais acentuada, com a moeda da Indonésia.

Diferente das outras moedas apresentadas nos gráficos 11 e 12, desde o final do segundo semestre de 2008 até julho de 2011, o Euro mantém uma relação de maior estabilidade face ao USD, sustentando uma taxa de câmbio média de 0,75 EUR por USD no período.

De modo geral, nota-se que a taxa de câmbio da moeda da Austrália, Singapura e Europa em julho de 2011 é menor do que em janeiro de 2000, ou seja, desde a adoção do USD como moeda oficial de Timor-Leste, o dólar norte-americano depreciou face à moeda desses países.

A mais drástica perda de poder de compra do USD foi perante o AUD, ao iniciar o ano 2000 com uma taxa de câmbio de 1,52 AUD por USD, registrando uma máxima de quase 2,00 AUD por USD em abril de 2001, passando a 0,93 AUD por USD em julho de 2011. Desta forma, as importações provindas da Austrália, as quais totalizaram 10,2% das importações totais de Timor em 2010, tornaram-se 39% mais caras do que em 2000. A depreciação do USD face ao EUR foi de 29% com a máxima da taxa de câmbio alcançando os 1,17 EUR por USD, a mínima de 0,43 EUR por USD em julho de 2008 e atualmente, em julho de 2011, equivalendo a 0,70 EUR por USD. A depreciação do USD perante o SGD foi de 27%, com uma máxima de 1,84

SGD por USD em janeiro de 2002, atingindo sua taxa mínima em julho de 2011, ao equivaler a 1,22 SGD por USD.

A IDR é a moeda analisada que teve maiores instabilidades cambiais perante o USD, e a única em que o USD apresentou apreciação ao se comparar o primeiro e o último mês em análise. De tal forma que, em janeiro de 2000, com um mil USD, Timor-Leste conseguia importar o equivalente a quase 7,3 milhões de IDR em bens e serviços, e atualmente, segundo a taxa de câmbio de julho de 2011, com a mesma quantidade de USD é possível importar o equivalente a 8,5 milhões de IDR em bens e serviços indonésios. Ou seja, a partir do gráfico 12 se conclui que, desde a dolarização da economia até o fim do período analisado, a moeda oficial timorense aumentou seu poder de compra em 18% perante seu maior parceiro comercial.

No curto prazo, em Timor-Leste uma apreciação da moeda promove maiores benefícios do que malefícios devido à economia do país depender muito mais das importações do que das exportações, destacando que em 2010 as exportações comerciais totalizaram o valor de somente 16 milhões de USD enquanto as importações de mercadorias perfizeram 246 milhões. Desta forma, uma apreciação do USD possibilita a importação de uma maior quantidade de mercadorias pelo mesmo valor pago com o USD depreciado.

Entretanto, no longo prazo uma apreciação do USD causa a perda de competitividade das exportações do país (pois elas se tornam mais caras no mercado internacional), desestimula o investimento produtivo e prejudica a capacidade da produção nacional competir com os bens importados, tanto no mercado interno quanto no externo. Além dos efeitos negativos sobre a produção, no longo prazo, a apreciação do USD gera a deterioração das contas externas, pois atualmente o Timor-Leste possui condições de manter as excessivas importações através das receitas petrolíferas, porém estas receitas são finitas.

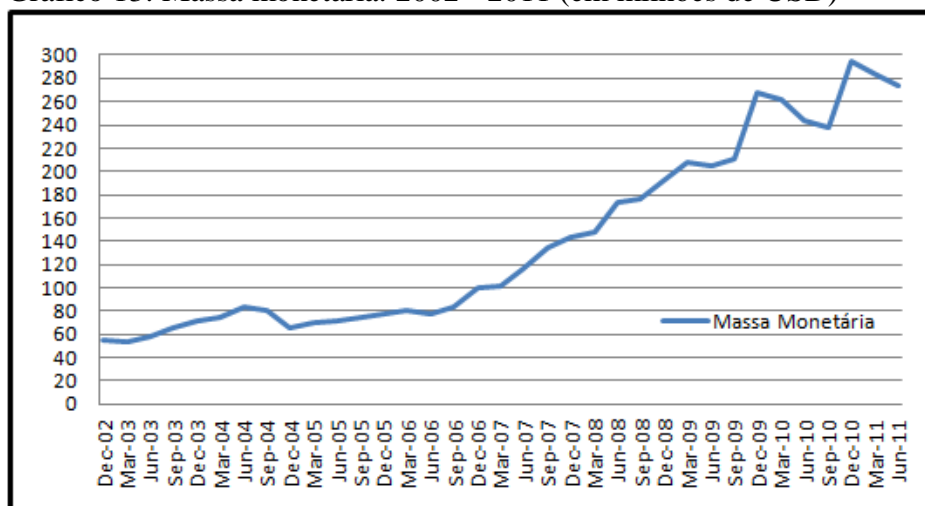
### **3.8 Moeda**

Conforme define a ABP (2004), a oferta de moeda é o “total da moeda efetivamente em circulação no interior do território nacional mais o montante dos depósitos de residentes nos bancos”, ou seja, é a soma do papel-moeda em poder do público com os depósitos a vista nos bancos comerciais.

Como Timor-Leste não possui moeda própria, sendo que a moeda oficial do país, o dólar norte-americano, é emitida pelos Estados, e também porque, conforme a ABP (2007), não há um controle completo sobre a entrada e a saída de numerários, tornando impossível determinar com precisão a oferta monetária, porém estão disponíveis informações sobre alguns de seus componentes.

Desta forma, de acordo com as estatísticas dos relatórios trimestrais do Boletim Econômico da ABP e contidos no gráfico 13, podemos observar a variação da massa monetária de Timor entre dezembro de 2002 e junho de 2011 (último relatório divulgado até a presente data). Porém, deve ser assinalado que os dados disponíveis compreendem somente os depósitos bancários e as moedas metálicas emitidas pela ABP, sem ser levado em consideração o papel-moeda de dólares norte-americanos em circulação devido aos motivos citados anteriormente.

Gráfico 13: Massa monetária: 2002 - 2011 (em milhões de USD)



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da ABP

A moeda metálica em circulação em Timor-Leste, em março de 2011 (esta informação não está discriminada no “Boletim” de junho), era de apenas 3,5 milhões de USD perante um total da massa monetária de 284 milhões, todavia, apresentando um significativo crescimento de 20,7% quando comparado ao nível de março de 2010, de 2,9 milhões. Isto quer dizer que a maior parte da massa monetária em questão é composta pelos depósitos à vista e os a prazo. A soma de ambos, que era de 146 milhões de USD em março de 2008, de 211 milhões em março de 2009, e 259 milhões em março de 2010, em março de 2011 totaliza cerca de 280 milhões de USD. Ou seja, neste intervalo de tempo apresentou um crescimento médio anual de 25%.

Com relação à massa monetária, uma ressalva precisa ser feita. Além de apenas uma parte reduzida da população ter acesso aos serviços bancários, que são principalmente os moradores das zonas urbanas, os depósitos feitos pelos clientes, devido à inexistência de opção de poupança ou de aplicação em qualquer dos bancos comerciais existentes no país, não recebem remuneração nenhuma. Portanto, os clientes dos mesmos não auferem incentivo monetário algum para depositar as divisas que possuem em uma conta bancária em vez de somente entesourar. Desta forma, os depósitos contidos no cálculo da massa monetária poderiam ser muito mais elevados caso fossem remunerados.

Percebe-se que entre dezembro de 2002 e junho de 2006 o volume de massa monetária apresentava um crescimento mais lento, com uma variação média semestral de 6% no período. Iniciando um período de ascensão mais acentuada em setembro de 2006, na época em que, aos poucos, a estabilidade econômica após a crise sócio-política de 2006 estava sendo recuperada. A razão da ampla evolução apresentada nos valores dos depósitos à vista e a prazo pode ser resultado do aumento da utilização do sistema bancário timorense como um sinal de maior confiança no mesmo, bem como uma ascensão da parceria entre a atividade econômica de indivíduos e empresas com o sistema bancário.

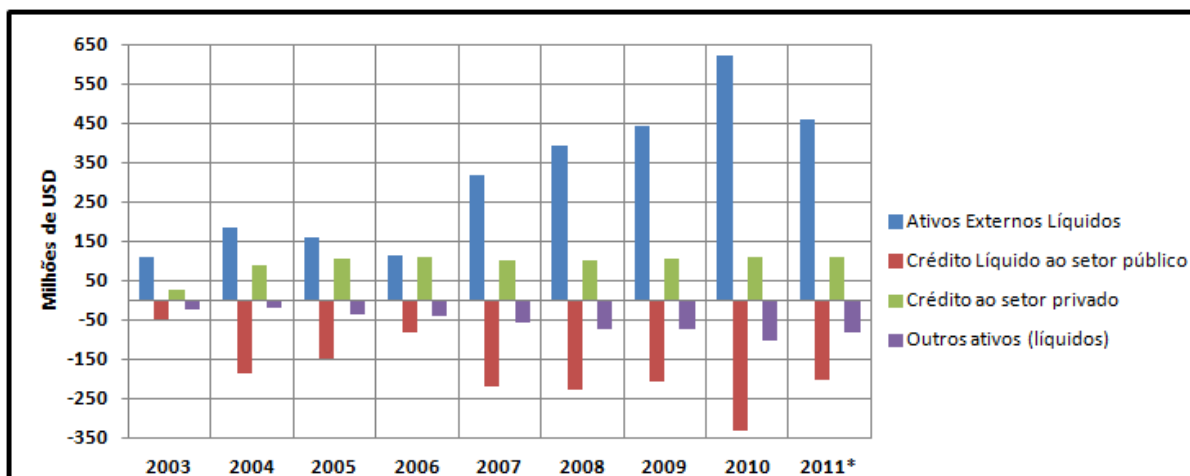
O drástico acréscimo da massa monetária registrado em dezembro de 2009, de 27% em relação a setembro de 2009, foi proporcionado por pagamentos realizados pelo Estado principalmente para a execução do “Pacote do referendo”. O “Pacote” foi criado em comemoração aos dez anos após a ocorrência do Referendo de 1999, no qual a maioria da população optou pela independência de Timor-Leste, e foi constituído por um conjunto de obras públicas que perfizeram o valor de 70 milhões de USD (ABP, 2010).

O início de 2010 é marcado por uma gradual diminuição da massa monetária, entretanto não retornando ao patamar anterior ao “Pacote”. Esta tendência se repete em dezembro de 2010, quando novamente se apresenta um aumento da massa monetária, desta vez de 24% em relação a setembro do mesmo ano, com redução nos primeiros meses de 2011.

O gráfico 14 apresenta o volume dos ativos externos líquidos, do crédito líquido ao setor público, do crédito ao setor privado e de outros ativos entre 2003 e 2011.

Gráfico 14: Estatísticas monetárias 2003 – 2011





Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da ABP

\* Dados de março de 2011

Nos ativos externos líquidos são contabilizadas as disponibilidades e as responsabilidades da ABP e dos bancos comerciais com o exterior, porém não é incluso neste cálculo o capital do Fundo Petrolífero.

Novamente as receitas petrolíferas influenciam as variáveis agregadas da economia de Timor, desta vez, no sistema monetário, pois nas disponibilidades da ABP citadas acima constam os depósitos das divisas do Fundo Petrolífero que estão reservadas pelo Governo de Timor-Leste para serem gastas durante o ano corrente para financiar o OGE, fato que ocorreu pela primeira vez em março de 2007. A ABP realiza aplicações de parte destes depósitos no exterior, de tal forma que a quase triplicação dos ativos externos líquidos ocorridos em 2007 em relação a 2006 deve-se às primeiras aplicações do saldo da conta do Orçamento. Já o nível de aplicações realizadas pelos bancos comerciais do país é definido de acordo com o volume dos depósitos dos seus clientes, pois o volume dos empréstimos concedidos é muito menor do que o total de depósitos disponíveis nos bancos comerciais (ABP, 2010).

Dentre 2003 e 2006 os ativos externos líquidos, ainda sem a existência da conta do Orçamento, não passavam da margem dos 185 milhões de USD. Entretanto, de 2007, com a aplicação no exterior dos fundos contidos na conta do OGE, até 2011, estes valores chegaram a alcançar 622 milhões de USD em 2010.

Os créditos líquidos ao setor público são constituídos majoritariamente pelos depósitos efetuados pelo Estado da parcela do Fundo Petrolífero que será utilizada para financiar o orçamento público. O aumento dos depósitos em 2004 e 2005, que pode ser visto no gráfico 14,

pode ser explicado pelo fato de que o Governo de Timor, após o primeiro recebimento das receitas petrolíferas em 2004, começou a acumular os valores advindos dessas receitas, com a finalidade de reunir uma importância que fosse suficiente para a criação do Fundo Petrolífero. Os depósitos referentes aos anos de 2007, 2008 e 2009 refletem principalmente um aumento do orçamento das despesas públicas, com o conseqüente aumento das transferências do Fundo Petrolífero. A grande elevação dos depósitos do Estado de 2009 para 2010 deve-se principalmente a um aumento do orçamento das transferências do Fundo Petrolífero de 38% em relação ao orçado para 2009. Em 2011, com a redução das transferências orçadas em quase 10%, o valor dos depósitos volta a cair.

Quanto ao crédito ao setor privado, ele demonstra o nível de empréstimos realizados pelos bancos comerciais e será aprofundado na seção seguinte.

### **3.9 Crédito**

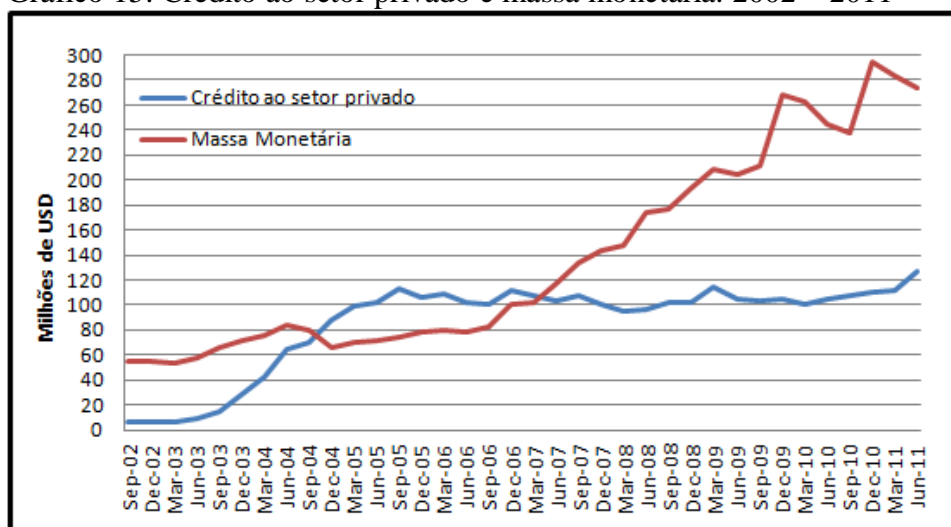
Até 1999, o sistema financeiro de Timor-Leste era composto por 18 filiais de bancos comerciais, um banco estatal e algumas cooperativas de crédito. Entretanto, após o Referendo de 1999, todas as instalações e equipamentos foram destruídos ou enviados para a Indonésia e seus funcionários (que eram na maioria indonésios) retornaram à Indonésia as pressas. Atualmente a ABP cumpre as funções básicas de um banco central, através da regulação e da supervisão bancária, emissão da moeda metálica nacional, distribuição de notas de USD, administração do sistema de pagamentos e gestão do Fundo Petrolífero. Após o Referendo entraram em operação três bancos comerciais sucursais de instituições estrangeiras, os quais são o Banco da Austrália e Nova Zelândia (ANZ), que é um banco privado, a Caixa Geral de Depósitos, que é um banco público de Portugal, e o Banco Mandiri, banco público indonésio. Existe também a Instituição de Micro-Finanças de Timor-Leste (IMFTL), que é de propriedade do Governo de Timor-Leste e possui uma licença bancária limitada que a autoriza a, além de conceder empréstimos, receber depósitos. Além destas instituições existem também duas instituições de micro-finanças nacionais, a Moris Rasik e a Tuba Rai Metin, com foco na camada mais pobre da população, cooperativas de crédito e casas de penhores (BANCO MUNDIAL, 2006).

O sistema bancário de Timor se restringe a operações simples como a realização de pagamentos, recebimento de depósitos e concessão de empréstimos, porém, faz-se necessária a

existência de uma gama maior de produtos financeiros e também de uma maior abrangência dos bancos comerciais existentes, pois apenas uma minoria da população possui conta bancária (ABP, 2010).

De acordo com os dados trimestrais do Boletim Econômico da ABP, presente no gráfico 15, se observa o baixo desempenho do crédito concedido pelos bancos comerciais face à elevação da massa monetária. Esta, conforme citado anteriormente, é constituída majoritariamente pelos depósitos a prazo e a vista, principal fontes de financiamento dos empréstimos que os bancos concedem a seus clientes.

Gráfico 15: Crédito ao setor privado e massa monetária: 2002 – 2011



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da ABP

Pouco tempo após a independência de Timor, entre setembro de 2002 e junho de 2003, percebe-se que a disponibilidade de crédito no país permanecia quase sem alterações. Entretanto, a partir de junho de 2003 até setembro de 2005, o nível de crédito em Timor apresenta uma acentuada evolução: iniciando com apenas 9 milhões de USD em junho de 2003, passando para 65 milhões em junho de 2004 e para 102 milhões em junho de 2005, finalizando este período de ascensão com 113 milhões de USD em setembro de 2005.

Este marcante aumento da concessão de empréstimos é resultado da adoção de uma estratégia expansionista, ocorrida durante este intervalo de tempo, de uma das instituições bancárias presentes em Timor. Os empréstimos destinaram-se fundamentalmente para a recuperação de residências, construção civil ou para fins comerciais. Entretanto, após este

período, a instituição em questão passou a adotar uma postura mais conservadora (BANCO DE PORTUGAL, 2005).

Desta forma, o volume de crédito apresenta um crescimento praticamente estagnado desde setembro de 2005, permanecendo até março de 2011 entre a faixa dos 95 e 115 milhões de USD.

Os dados coletados em junho de 2011 referentes ao crédito demonstram uma elevação de 14% em relação a março de 2011, alcançando os 127 milhões de USD e, enfim, conseguindo sair da faixa de valores em que se limitava há quase seis anos. Entretanto, é muito cedo para saber se este é o princípio de uma expansão do crédito em Timor-Leste.

Devido à importância do acesso ao crédito pela população, no auxílio ao combate à pobreza e em prol do desenvolvimento de Timor-Leste, faz-se necessário conhecer as possibilidades de redução do risco de crédito.

Segundo o Banco de Portugal (2009), o motivo pelo qual o desenvolvimento do volume de crédito não teve sequência após 2005 foi devido a um grande aumento das taxas de inadimplência, ocorrência que foi ainda mais acentuada com a crise de 2006 e as deslocções populacionais que esta provocou.

Uma das razões para o elevado risco de crédito em Timor é porque ainda não existe no país uma legislação adequada que torne possível a utilização de ativos (terras, casas, entre outros) como garantia real dos empréstimos. Para isto faz-se indispensável a criação da Lei da Terra, porém há muitos empecilhos ocasionados pela destruição de registros de lotes durante a ocupação indonésia e também porque durante a colonização portuguesa e a ocupação indonésia foram utilizados diferentes sistemas para os títulos de propriedade de terras (BANCO MUNDIAL, 2006).

Outras lacunas são a ausência de uma Lei da Falência, que garanta os direitos dos tomadores de crédito, uma Lei de Seguros, de forma a reduzir os riscos para os bancos, entre outras. Em decorrência disso, no relatório Doing Business 2012 publicado pelo Banco Mundial (2011) no quesito registro de propriedades e resolução de insolvência (o qual contabiliza o tempo e os custos relacionados a um processo de falência) Timor-Leste ficou classificado em 183ª posição dentre 183 países. Sendo que a nota dada a Timor com relação ao índice de eficiência dos direitos legais, possuindo peso entre 0 e 10, foi somente 2. Contudo, no ranking geral do Doing Business 2012, Timor-Leste aparece em 168º lugar dentre os 183 países.

Segundo está previsto no Plano Estratégico para 2011-2030 publicado pelo Governo de Timor-Leste (2010), as leis citadas anteriormente serão implementadas nos próximos anos.

Nesta parte do estudo em questão, com a finalidade de facilitar a análise, a massa monetária será considerada como constituída somente pelos depósitos à vista e a prazo. Lembrando que o peso relativo da moeda metálica face ao total da massa monetária é reduzido, em março de 2011 tendo representado apenas 1,4% da massa monetária.

Assim sendo, ao se comparar a massa monetária com a concessão de crédito ao setor privado, que foi demonstrado no gráfico 15, percebe-se que entre setembro de 2002 e setembro de 2004, a quantidade de depósitos dos bancos comerciais eram maiores do que os empréstimos concedidos por eles. A maior diferença entre o nível de crédito e a massa monetária ocorreu em setembro de 2002, com o crédito equivalendo a apenas 11% da massa monetária. Assim, parte da diferença entre os depósitos recebidos e o crédito concedido é enviada para o exterior a fim de realizar investimentos e obter melhores remunerações pelos valores não utilizados.

Porém, no período entre setembro de 2004 e março de 2007, os depósitos dos bancos comerciais registram um valor menor do que o dos empréstimos concedidos, de tal modo que, o ponto máximo dessa diferença foi alcançado em setembro de 2005 quando o crédito ao setor privado era correspondente a 153% dos depósitos nos bancos comerciais. Quanto à forma de financiamento para cobrir esta diferença, esta informação não está divulgada oficialmente, porém, possivelmente se deu através de seus próprios fundos ou dos fundos de sua matriz no exterior ou mesmo através de fundos emprestados junto à ABP.

De março de 2007 até atualmente, nota-se elevada divergência entre a evolução da massa monetária e a concessão de crédito. A massa monetária apresenta um alto ritmo de crescimento enquanto o nível de crédito permanece estagnado, assim, em junho de 2011, o volume de empréstimos representa menos de 50% do total da massa monetária. Esta situação novamente possibilita que parte dos recursos não utilizados sejam aplicados no exterior.

A distribuição da concessão de crédito por setor, de junho de 2007 a junho de 2011, juntamente com o peso relativo (em percentagem) de cada setor em relação ao total do crédito realizado são apresentados na tabela 7.

<b>Tabela 7: Concessão de Crédito por Setores Produtivos (em mil USD)</b>										
	<b>2007 Junho</b>	<b>Estrutura Jun-2007 (%)</b>	<b>2008 Junho</b>	<b>Estrutura Jun-2008 (%)</b>	<b>2009 Junho</b>	<b>Estrutura Jun-2009 (%)</b>	<b>2010 Junho</b>	<b>Estrutura Jun-2010 (%)</b>	<b>2011 Junho</b>	<b>Estrutura Jun-2011 (%)</b>
<b>Agricultura, Pescas e Florestas</b>	1,295	1.3	1,676	1.5	393	0.4	500	0.5	3,282	2.6
<b>Indústria e manufatura</b>	1,773	1.8	2,303	2.1	1,919	1.8	1,607	1.5	5,186	4.1
<b>Construção</b>	30,769	31.6	29,507	26.7	12,480	11.9	20,963	19.5	16,766	13.3
<b>Transporte e Comunicação</b>	2,124	2.2	1,855	1.7	2,076	2.0	2,412	2.2	629	0.5
<b>Comércio e Finanças</b>	14,981	15.4	25,473	23.0	13,397	12.8	17,900	16.7	28,189	22.4
<b>Turismo e Serviço</b>	3,073	3.2	7,931	7.2	14,812	14.1	7,128	6.6	4,062	3.2
<b>Individuais e outros</b>	43,298	44.5	41,920	37.9	59,791	57.0	56,902	53.0	67,959	53.9
<b>TOTAL</b>	<b>97,313</b>		<b>110,665</b>		<b>104,868</b>		<b>107,412</b>		<b>126,073</b>	

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da ABP

Nota-se na tabela 7 que a concessão de crédito de Timor-Leste é concentrada em alguns determinados setores, de tal forma que, em junho de 2011, quase 90% do crédito total foram destinados a construção, comércio e finanças e individuais e outros.

Segundo informa a ABP (2010), o segmento caracterizado como crédito individual se destina, em sua grande maioria, à construção e reconstrução de residências realizadas por Pessoa Física (PF), enquanto o setor nomeado como de construção refere-se somente a crédito realizado por empresas do ramo.

Conforme o Banco de Portugal (2005), uma parte, com menor peso relativo, dos empréstimos realizados que são qualificados como individuais e outros, são destinados à compra de veículos por PF para transporte público de passageiros, os quais em sua maioria são taxis e mikroletes (veículo parecido com o micro-ônibus muito utilizado no país).

Portanto, o crédito para a construção, tanto de pessoa física quanto jurídica, possui um peso importante dentre o crédito total. Porém, percebe-se que os empréstimos destinados à construção efetuados por empresas vêm caindo, de tal forma que em junho de 2007 totalizavam mais de 30 milhões de USD e em junho de 2011 somam apenas 16,7 milhões, ou seja, sofreram uma redução de quase 50% neste intervalo de tempo.

O setor de comércio e finanças, que fornece auxílio financeiro para a abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais, apresenta uma trajetória mais instável durante o período analisado, apresentando uma redução em 2009 em relação ao ano anterior, porém desde então vem apresentando um crescimento de forma gradual.

Entretanto, dois setores importantíssimos para o desenvolvimento da economia de Timor permanecem representando um volume muito pequeno em relação aos empréstimos totais, a

agricultura, com sua elevada importância, pois, como já citado, promove o sustento de cerca de 80% da população de Timor, e a indústria, juntos, perfizeram o peso de apenas 6,7% do total dos empréstimos concedidos em 2011. Ambos os setores sofreram uma queda em 2009, especialmente a agricultura, que se reduziu em quase 80% em relação ao seu volume de crédito concedido no ano anterior. Todavia, percebe-se que em 2011 tanto a agricultura volta a recuperar-se, apresentando um aumento de mais de 6 vezes em relação a 2010, quanto a indústria, que se elevou em mais de 3 vezes.

O baixo volume e peso relativo sob o crédito total do financiamento com a finalidade do investimento produtivo é preocupante e reflete claramente a debilidade da estrutura produtiva do país. Como prova disso, o Banco Mundial (2006) menciona uma pesquisa feita em 2006 com os empresários de Timor, na qual a maioria dos empresários nacionais acredita ser a carência do acesso ao crédito em Timor-Leste o principal motivo pela capacidade reduzida de expansão de suas empresas.

Portanto, para que o setor privado passe a liderar a promoção do crescimento econômico no país, espaço até então ocupado pelo setor público, primeiramente é necessário a existência de um ambiente favorável aos negócios, especialmente o acesso ao crédito e às facilidades proporcionadas pelos produtos bancários, como seguros, leasing, opções de aplicações financeiras, entre outros, inexistentes até o momento.

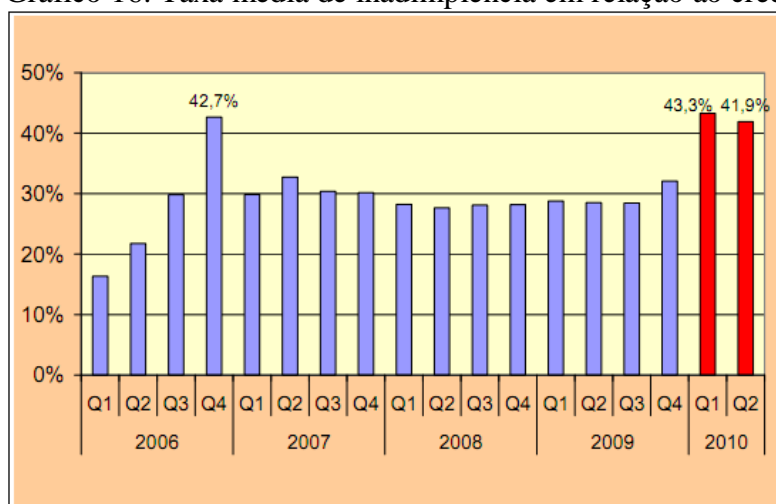
Outro fator relevante para a promoção do crescimento econômico de Timor e que chama a atenção por seu baixo peso face ao total do crédito concedido são os empréstimos direcionados ao turismo. Estes em 2009 chegaram a alcançar quase 15 milhões de USD, com um peso de 14% sob o crédito total, entretanto, o a concessão de financiamento direcionado ao turismo foi se reduzindo até junho de 2011, em que registra apenas 4 milhões de USD, que equivalem a somente 3,2% do crédito total.

O turismo é um setor em que Timor-Leste pode vir a desenvolver muito, sendo possuidor de praias paradisíacas, propícias para atividades de mergulho, que são praticamente inexploradas até então, e com a vantagem aos mergulhadores mais inexperientes de que mesmo perto da costa marítima facilmente se encontram lindos peixes e corais. O território de Timor também possui vastas florestas tropicais e cadeias de montanhas as quais, com a adequada instalação de hotéis e demais atrativos turísticos, podem atrair turistas interessados no ecoturismo e montanhismo.

Além disso, não somente o turismo, mas todo o setor privado de Timor-Leste é penalizado pela precária situação das infra-estruturas do país, como estradas, portos e fornecimento de energia, pela dependência das importações, que ocasionam altos custos de produção, pelo baixo grau de proteção legal e pela elevada concorrência com produtos importados (COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ANTI-CORRUPÇÃO, 2011).

Quanto à taxa de inadimplência do crédito concedido, não há dados estatísticos publicados de forma regular pelo governo, porém, no relatório anual da ABP (2010) encontra-se disponível o gráfico 16.

Gráfico 16: Taxa média de inadimplência em relação ao crédito total: 2006 - 2010



Fonte: ABP

Verifica-se, portanto, que a taxa de inadimplência dos empréstimos em Timor é extremamente alta no período apresentado no gráfico 16, chegando a registrar uma taxa de inadimplência acima de 40% no primeiro semestre de 2010.

Todavia, após a independência de Timor, segundo citam os relatórios da ABP, seguiram-se alguns anos de baixas taxas de inadimplência. No período entre julho de 2003 e agosto de 2004 a ABP (2004) relata a existência de uma taxa média de inadimplência invejável, entre 1% e 2%. Já entre junho de 2004 e agosto de 2005 a ABP (2005) registra uma elevação da inadimplência, para 6,8%. Entretanto, em 2006, a partir dos dados ilustrados no gráfico 16, nota-se um ritmo de crescimento acelerado da inadimplência, finalizando o ano com uma taxa de 42,7%. A partir de então a taxa de inadimplência se reduziu, ficando na margem dos 30% até o



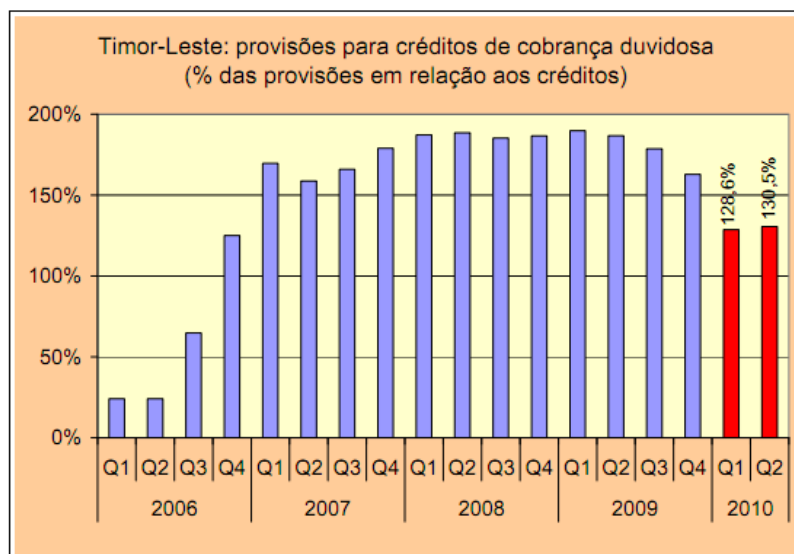
final de 2009, porém, apresentando um aumento em 2010 de tal forma que retornou à margem dos 40% vividos no final de 2006.

Segundo a ABP (2007), esta situação de altas taxas de inadimplência vividas pelo país é decorrente da crise sócio-política desencadeada em meados de 2006, que provocou a deslocação da maior parte da população para as montanhas (na tentativa de trazer maior proteção às suas famílias). Com a instabilidade gerada pela crise e a deslocação da população de suas casas, alguns dos motivos que ocasionaram tão drástica elevação da inadimplência foram porque alguns tomadores de crédito perderam todas as posses que tinham, não possuindo condições de saldar seus saldos devedores, muitos nunca mais voltaram para suas residências anteriores, para poder serem cobrados de suas pendências, entre outros motivos.

Porém, conforme afirma a ABP (2009), mesmo com taxas de inadimplência na margem dos 40% o sistema bancário de Timor não está em risco, pois, os três bancos comerciais que atuam no país são apenas filiais de fortes bancos internacionais, lembrando que dois são bancos públicos, possuindo também objetivos sociais em Timor e não apenas a lucratividade, e apenas um é privado, o ANZ, que possui uma carteira de empréstimos quase nula.

Contudo, perante tal situação, seja por precaução ou por indicação de seus auditores externos, a política adotada por essas três instituições foi de, desde o princípio da acentuada elevação da inadimplência, gradualmente aumentarem suas provisões conforme o nível de crédito inadimplente. Assim sendo, atualmente o nível de reservas equivale a 130% dos empréstimos em atraso ou irrecuperáveis. Isto pode ser visto no gráfico 17, disponível no relatório anual da ABP (2010).

Gráfico 17:



Fonte: ABP

Percebe-se que em 2006, conforme a taxa de risco começou a aumentar, os bancos comerciais começaram imediatamente a elevar suas provisões. Estas, entre 2007 e 2009, mantiveram-se na margem dos 150%, porém em alguns trimestres chegaram a ficarem mais próximos dos 200%, apresentando uma redução nos primeiros meses de 2010, registrando uma provisão de 130%.

Lembrando que o valor reservado para a provisão de crédito dos bancos poderia estar sendo empregado de outras formas, como na concessão de crédito ao setor privado. Desta forma, uma alta inadimplência, mesmo não pondo em risco o sistema bancário de Timor, nitidamente está inibindo o crescimento do volume de crédito concedido no país em um período de seu desenvolvimento econômico em que o crédito se faz indispensável.

Contudo, deve ser destacado que as duas instituições de micro-finanças de Timor-Leste, a Moris Rasik e a Tuba Rai Metin, que iniciaram suas atividades, respectivamente, em 2000 e 2002, e possuem um modelo de concessão de crédito diferente dos bancos comerciais estrangeiros, apresentam baixas taxas de inadimplência. Ambas as instituições se baseiam no modelo do Grameen Bank, assim, geralmente realizam empréstimos a pequenos grupos de pessoas, principalmente mulheres, de tal forma que o montante emprestado deve ser utilizado exclusivamente para pequenos negócios, tais como pecuária, agricultura, artesanato, entre outros.

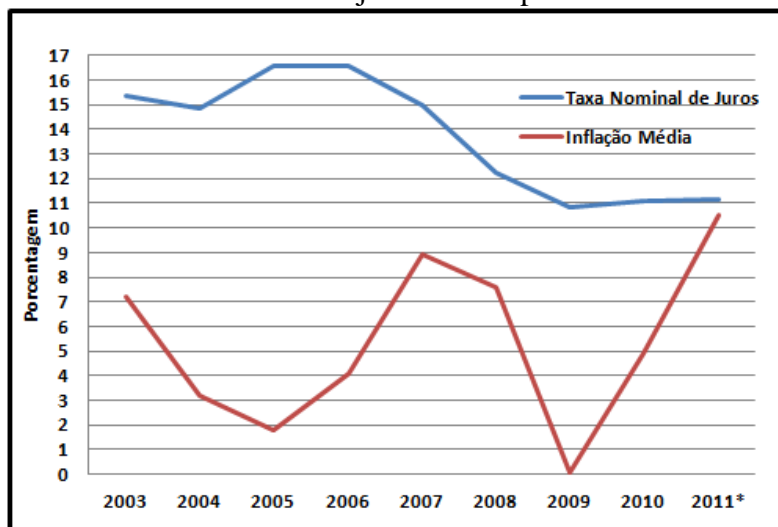
Conforme o Plano de desenvolvimento estratégico 2011-2030 publicado pelo Governo de Timor-Leste (2010), como forma de fazer com que o volume de crédito concedido dependa

menos dos bancos comerciais estrangeiros, o Governo de Timor tem como meta até 2015 criar duas novas instituições financeiras públicas. Uma delas é a fundação de um banco nacional de desenvolvimento, que concederá crédito em longo prazo principalmente ao setor privado, com taxas competitivas, mas não subsidiadas. Prevê também, até 2015 a constituição de uma Agência de Investimentos, que cooperará com o desenvolvimento das atividades comerciais, industriais, entre outras.

### 3.10 Taxa de Juros

De acordo com os dados da ABP e do FMI (2011) presentes no gráfico 18, é possível observar a taxa média de juros dos empréstimos concedidos em Timor-Leste e a taxa de inflação média anual entre 2003 e 2011.

Gráfico 18: Taxa média de juros dos empréstimos concedidos e taxa de inflação



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da ABP e do IMF (2011)

\* Taxa de juros registrada em setembro de 2011 e a inflação média é uma projeção

Inicialmente, analisando apenas o comportamento da curva da taxa nominal de juros durante o período apresentado no gráfico 18, nota-se que ela sempre foi elevada, porém, houve uma considerável redução da mesma nesse período. De tal forma que, em 2003 foi registrada uma taxa média de juros de 15,4%, alcançando um pico de 16,6% em 2005 e 2006, no entanto, em setembro de 2011 decaiu para 11,2%, ou seja, apresenta uma redução de quase 30% em relação a 2003.

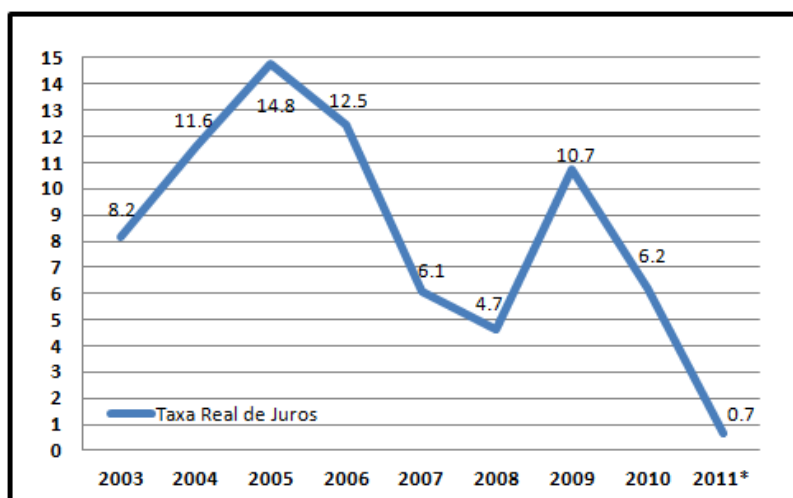
Percebe-se que, após um período com taxas nominais mais altas, além de sofrer uma diminuição, nos três últimos anos ela permaneceu praticamente sem alterações, mantendo-se entre 10,8% em 2009, e 11,2% em 2011.

Contudo, ao se fazer uma comparação entre a taxa nominal de juros dos empréstimos concedidos e a taxa média de inflação, nota-se que a primeira se demonstra insensível às alterações da segunda. Prova disso é que, em um intervalo de tempo como entre 2009 e 2011, em que a inflação do país se elevou de 0,1% para 10,5%, a taxa média de juros permaneceu quase inalterada. Já entre os anos de 2004 e 2007, a taxa de juros apresenta uma tendência inversa à inflação, assim sendo, enquanto esta última se reduziu drasticamente até 2005, voltando a se elevar até 2007, de 2004 para 2005 a taxa de juros aumenta, permanecendo inalterada até 2006, voltando a reduzir-se em 2007. O único período em que ambas coincidiram suas tendências foi de 2007 para 2008.

Este é um fato intrigante, pois faz subentender-se que os bancos comerciais de Timor-Leste não têm utilizado a inflação como determinante da taxa de juros do crédito que concedem, porém, esta questão é esclarecida pela ABP (2009). A ABP afirma que cada um dos três bancos comerciais do país possui seus próprios critérios de definição da taxa de juros dos seus empréstimos, que são definidos por suas respectivas matrizes, e devem ser seguidos pelas filiais em Timor. Um destes critérios citados é o da utilização como referência da taxa LIBOR (London Interbank Offered Rate) para três meses, que é a taxa interbancária do mercado de Londres, acrescentando a esta taxa um spread de acordo com os riscos associados ao país, como turbulências políticas, inadimplência, entre outros.

Em posse destes dois indicadores econômicos, a taxa nominal de juros e a inflação, se pode determinar a taxa real de juros, ao deduzir a taxa média de inflação da taxa nominal de juros, chegando ao resultado contido na tabela abaixo.

Gráfico 19: Taxa real de juros dos empréstimos concedidos (em porcentagem)



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados da ABP e do IMF (2011)

\* Taxa de juros registrada em setembro de 2011 e a inflação média é uma projeção

Através dos dados do gráfico 19 se constata que períodos em que as taxas reais se encontravam elevadíssimas no país, atingindo uma taxa máxima de 14,8% em 2005.

Portanto, pode-se inferir que, até 2010, um dos agentes causadores da estagnação do volume de crédito ao setor privado são as altas taxas reais de juros cobradas pelos valores emprestados. Uma taxa real de juros muito elevada pode inibir os investidores nacionais a efetuarem empréstimos, principalmente caso a taxa de rentabilidade esperada dos negócios não suporte estes custos financeiros.

Por outro lado, mesmo apesar do baixo custo dos depósitos que mantêm, a explicação para estas altas taxas reais de juros pode ser porque os bancos comerciais de Timor possuem altos custos a suportar. Estes custos vão desde, devido à baixa qualificação dos recursos humanos disponíveis, o treinamento contínuo de funcionários timorenses e, quando necessário, a contratação de profissionais internacionais (que solicitam altos salários para se mudarem para o país), além dos demais custos operacionais e financeiros, até o risco de crédito, que é elevado devido à altíssima taxa de inadimplência e à inexistência de uma legislação adequada como a lei sobre a terra, lei da falência e lei de seguros.

Além disso, como os bancos realizam um baixo volume de empréstimos em comparação com o total dos depósitos à sua disposição, resulta que seus custos operacionais, bem como os prejuízos causados pela inadimplência, precisam ser suportados por uma pequena quantidade de clientes tomadores de crédito.

Entretanto, atualmente, após períodos de altas e de baixas da taxa real de juros, com a ocorrência nos últimos três anos da elevação da inflação sem incidir no respectivo aumento das taxas nominais de juros dos empréstimos ofertados pelos bancos comerciais, a taxa real de juros registrada é de apenas 0,7% em 2011.

Percebe-se que esta acentuada redução da taxa real de juros dos bancos comerciais ocorrida em 2011 já promoveu efeitos positivos na demanda por crédito, gerando uma elevação de 15% do volume de crédito emprestado pelos bancos registrada no primeiro semestre de 2011 em relação a dezembro de 2010.

## 4 CONCLUSÃO

Visto que este estudo se consiste na realização de uma análise dos principais indicadores macroeconômicos de Timor-Leste na quase uma década que se passou desde sua independência, abaixo estão expostas as principais conclusões referentes aos indicadores apresentados no decorrer deste estudo.

Ao analisar a evolução do PIB de Timor-Leste entre 2002 e 2011 percebe-se que o período de crescimento instável finalizou-se em 2006, a partir do ano seguinte nota-se uma acentuada aceleração do crescimento, registrando uma variação média anual de 9,3% entre 2007 e 2011. Lembrando que o ano de 2007 é marcado pelas primeiras transferências de valores do Fundo Petrolífero para financiar o orçamento público. Deste modo, os recursos petrolíferos de Timor proporcionaram não somente que o país bancasse suas próprias despesas públicas, que até então eram financiadas por donativos, mas também que atualmente as mesmas estejam multiplicadas em mais de cinco vezes em relação ao ano financeiro de 2006/2007, de forma tal a promoverem a elevação do crescimento econômico do país ocorrida entre 2007 e 2011.

Entretanto, a diminuição da participação da agricultura na promoção da produção nacional entre 2002 e 2010 é preocupante em um país em que cerca de 80% da população tem seu sustento dependente desta atividade. Infelizmente, esta redução da produção agrícola é um reflexo do baixo nível de financiamento e de intervenção política destinados ao setor. Prova disso é que no OGE de 2010 apenas 4% das receitas públicas foram destinadas à agricultura e ao desenvolvimento agrícola, dos quais 2% foram financiados por doadores, e não pelo Estado.

Quanto à taxa de inflação do país entre 2003 e 2011, percebe-se que as instabilidades apresentadas são derivadas, além do período de crise vivido em 2006 e 2007, do baixo nível da produção interna, até mesmo de produtos alimentícios, como o arroz. Desta forma, Timor torna-se cada vez mais dependente das importações, ficando volúvel às alterações de preços dos produtos em seus países de origem e às depreciações e apreciações da taxa de câmbio das moedas de seus principais parceiros comerciais.

As exportações promovidas por Timor se constituem basicamente de café e possuem um volume muito reduzido, assim sendo, em 2010 foram registrados apenas 16 milhões de USD em exportações, de forma a gerar um déficit da balança comercial de mais de 280 milhões de USD.

Porém, a variedade de café orgânico produzida em Timor é famosa no mercado internacional e, conforme aumentar a qualidade do café produzido, seu valor pode chegar a ser até 50% mais caro do que o café convencional. Portanto, esta é uma ótima possibilidade de Timor se desenvolver neste nicho de mercado, com a vantagem de já possuir uma parceria na venda de seu café orgânico com um dos maiores consumidores mundiais do produto, os Estados Unidos.

Com relação à dívida pública, Timor-Leste está em uma posição confortável, proporcionada pelas doações internacionais até 2006 e pelas receitas da extração petrolífera a partir de 2007, que financiaram as despesas públicas, possibilitando a inexistência de dívida.

Enquanto desde 2002 as receitas internas (excluso receitas petrolíferas) crescem lentamente, desde que as receitas do petróleo e gás começaram a financiar o OGE em 2007, as despesas públicas se expandem em ritmo acelerado. Assim sendo, Timor-Leste demonstra uma dependência crescente das receitas provenientes do Fundo Petrolífero, de tal forma que em 2010 as transferências do Fundo financiaram mais de 90% das despesas públicas totais. No decorrer dos anos, essa elevada dependência torna-se algo cada vez mais preocupante, já a extração de petróleo e gás é finita e Timor precisará ser auto-sustentável quando este momento chegar.

Mesmo com um grande volume de importações, devido às receitas petrolíferas, a balança de pagamentos de Timor registra elevados saldos não somente na balança corrente como também na de capital e financeira. Desde 2005 a balança corrente de Timor-Leste tornou-se positiva, mesmo se considerando exclusiva a assistência internacional, de tal forma que em 2010 o excedente da balança corrente foi equivalente a 271% do PIB não petrolífero a preços correntes. Já o alto saldo negativo da balança financeira deve-se às remessas enviadas para as aplicações do Fundo Petrolífero no exterior. Em alguns anos, como em 2011, os excedentes da balança corrente foram inferiores a estas remessas, implicando em déficits da balança global.

Desde a adoção do USD como moeda oficial de Timor-Leste, em 2000, até os dias atuais, o USD se depreciou perante alguns dos principais países de origem das importações de Timor, como o dólar australiano e o dólar de Singapura, além do euro, importante moeda do sistema financeiro internacional. Assim sendo, as importações australianas tornaram-se 39% mais caras do que em 2000 e as de Singapura 27% mais caras, enquanto a depreciação do USD face ao euro foi de 29%.



Em compensação, a moeda da Indonésia, maior parceiro comercial de Timor, origem de 39% das importações em 2010, no período entre 2000 e 2011 teve variações bem acentuadas, porém, apresentou uma apreciação do USD em relação à IDR de 18%.

No curto prazo a apreciação do USD traz benefícios para o país, de forma a tornar mais baratas as importações do país, contudo, no longo prazo a apreciação contínua do USD provoca a perda da competitividade das exportações de Timor, desestimula o investimento produtivo e prejudica a competitividade da produção nacional com os produtos importados.

Quanto à massa monetária, esta vem crescendo a ritmo acelerado desde 2008, de tal forma que de março de 2008 a março de 2011 os depósitos à vista e a prazo apresentaram um crescimento médio anual de 25%. Entretanto, a elevação da disponibilidade de depósitos nos bancos comerciais neste período, que poderiam ser utilizados para aumentar o nível de concessão de crédito, não foi acompanhada pelo aumento dos empréstimos concedidos. Assim sendo, o volume de crédito ao setor privado está estagnado desde 2005 enquanto os depósitos a vista e a prazo estão sendo aplicados no exterior.

Os entraves que inibem o crescimento do volume de crédito concedido são diversos. O primeiro deles é a taxa de inadimplência do crédito concedido, que se tornou alta desde 2005, no segundo trimestre de 2010 registrando uma taxa de inadimplência de quase 42% face ao crédito total realizado. Além disso, Timor carece de uma legislação adequada tanto pelo lado do prestador quanto do tomador de crédito. Não existe no país uma lei sobre a terra, de forma que um ativo (como a terra) possa ser utilizado como garantia real do empréstimo, lei da falência, que garanta os direitos dos tomadores de crédito, ou lei de seguros, que reduzam os riscos para os prestadores, entre outras.

A taxa média nominal de juros dos empréstimos concedidos em Timor entre 2003 e 2011 sempre foi alta, porém sofreu uma redução considerável neste intervalo de tempo, mantendo-se estável desde 2009, de tal forma que em 2003 registrava uma taxa média de 15,4%, mas em setembro de 2011 a mesma se encontrava em 11,2%.

Quanto à taxa real de juros, apresenta um alto grau de variação, já tendo alcançado os 14,8% em 2005, porém atualmente, após três anos de alta da inflação sem o aumento da taxa nominal de juros, reduziu-se a apenas 0,7%. Os efeitos dessa redução da taxa real de juros já foram sentidos no primeiro semestre de 2011, através de uma elevação de 15% do volume de empréstimos em relação a dezembro de 2010.

Portanto, até hoje Timor-Leste reflete os entraves econômicos e sociais gerados tanto pelos séculos de colonialismo português e pelos 24 anos de violência e repressão da ocupação indonésia, quanto pelos saques e destruição de importantíssimas infra-estruturas do país pelas tropas indonésias, e milícias pró-indonésias, após o Referendo de 1999. Quase uma década após sua independência, Timor-Leste busca o desenvolvimento econômico e a estabilidade política e social, com a vantagem de não possuir dívida externa e haver em seu território marítimo vultosas jazidas de petróleo e gás para financiar este processo. Assim, com as informações expostas neste estudo é possível se concluir que, se bem geridas, as receitas petrolíferas podem auxiliar o desenvolvimento de Timor e melhorar a qualidade de vida da população de forma ainda mais acentuada do que foi proporcionado desde 2007.

## REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Marcelo Braga. **O uso das intervenções humanitárias coercitivas e suas consequências para a resolução de conflitos intra-estatais na era pós-guerra fria.** 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Uerj, Rio de Janeiro, 2007.

BANCO DE PORTUGAL. **EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE:** 2010/2011. Lisboa, 2011. Disponível em: <[www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00\\_EEPTL\\_2011.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00_EEPTL_2011.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2011.

BANCO DE PORTUGAL. **EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE:** 2009/2010. Lisboa, 2010. Disponível em: <[http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00\\_EEPTL\\_2010.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00_EEPTL_2010.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2011.

BANCO DE PORTUGAL. **EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE:** 2008/2009. Lisboa, 2009. Disponível em: <[www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00\\_EEPTL\\_2009.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00_EEPTL_2009.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2011.

BANCO DE PORTUGAL. **EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE:** 2007/2008. Lisboa, 2008. Disponível em: <[www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00\\_EEPTL\\_2008.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00_EEPTL_2008.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2011.

BANCO DE PORTUGAL. **EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE:** 2006/2007. Lisboa, 2007. Disponível em: <[www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/83\\_EEPTL\\_2007.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/83_EEPTL_2007.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2011.

BANCO DE PORTUGAL. **EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE:** 2005/2006. Lisboa, 2006. Disponível em: <[www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/84\\_EEPTL\\_2006.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/84_EEPTL_2006.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2011.

BANCO DE PORTUGAL. **EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE:** 2004/2005. Lisboa, 2005. Disponível em: <[www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/85\\_EEPTL\\_2005.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/85_EEPTL_2005.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2011.

BANCO MUNDIAL. **ACESSO AO FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTO E CAPITAL DE TRABALHO.** Washington, 2006. Disponível em: <<http://www-wds.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64193027&piPK=64187937&theSitePK=523>>

679&menuPK=64187510&searchMenuPK=64187282&theSitePK=523679&entityID=000310607\_20061013135115&searchMenuPK=64187282&theSitePK=523679>. Acesso em: 14 out. 2011.

BANCO MUNDIAL. **DOING BUSINESS**: 2012. Washington, 2011. Disponível em: <<http://portugues.doingbusiness.org/~media/fpdkm/doing%20business/documents/profiles/country/TMP.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

CARRASCALÃO, Mário Viegas. **Timor antes do futuro**. Díli: Livraria Mau Huran, 2006. 407 p.

CARVALHO, Genésio de. **Introdução às Finanças Internacionais**. São Paulo: Pearson, 2007. 274 p.

COLARES, Luciano da Silva. **AS MISSÕES DE PAZ DA ONU E A QUESTÃO DE TIMOR LESTE: PONTO DE INFLEXÃO?** 2006. 268 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2006.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Missões de Paz: SÍNTESE HISTÓRICA DO TIMOR LESTE**. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/interfet>>. Acesso em: 10 out. 2011.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **IMF Country Report**: No. 09/219. Washington, 2009. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2009/cr09219.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World Economic Outlook**: September 2011. Washington, 2011. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/pdf/text.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2011.

GAGLIATO, Márcio: **TIMOR-LESTE E A OCUPAÇÃO INDONÉSIA: A RELIGIÃO COMO OPERADOR DE RESISTÊNCIA**. 2008. 79 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2008.

GORJÃO, Paulo. MUDANÇA DE REGIME E POLÍTICA EXTERNA: PORTUGAL, A INDONÉSIA E O DESTINO DE TIMOR LESTE. **Análise Social**, Lisboa, v. XL, n. 174, p.7-35, abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n174/n174a01.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2011.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 6ª edição. São Paulo: Pearson, 2005. 560 p.

LAMARCA, Cláudia. **Política Externa Australiana para o Timor Leste (1975-1999)**. 2003. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

LOUREIRO, Rui Manuel. DISCUTINDO A FORMAÇÃO DA PRESENÇA COLONIAL PORTUGUESA EM TIMOR. **Lusotopie**, Lisboa, p.143-155, 2001. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/loureiro,%20p.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2011.

MAGALHÃES, A. Barbedo. TIMOR-LESTE: TENACIDADE, ABNEGAÇÃO E INTELIGÊNCIA POLÍTICA. **Camões Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, Lisboa: Instituto Camões, n. 14, p.26-39, 2001.

MATTOSO, José. Sobre a identidade de timor lorosa. **Camões Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, Lisboa: Instituto Camões, n. 14, p.6-13, 2001.

PACIFIC EXCHANGE RATE SERVICE. **Database retrieval system**. Disponível em: <<http://fx.sauder.ubc.ca/data.html>>. Acesso em: 04 nov. 2011.

PETROLEUM ECONOMIST. **Timor Leste: The great game of Greater Sunrise**. Londres, 2011.

SANTOS, Rita Gomes. **O DEBATE ÉTICO-POLÍTICO DO TERRORISMO: O CASO DO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL TIMORENSE**, 2011. Disponível em: <[http://www.ciari.org/investigacao/debate\\_etico-poli%ADtico\\_terrorismo\\_lib\\_timor.pdf](http://www.ciari.org/investigacao/debate_etico-poli%ADtico_terrorismo_lib_timor.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2011.

SERRA, António M de Almeida. **Timor Leste: o petróleo e o futuro**. Lisboa: Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento, 2006. Disponível em: <[http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/doc\\_trab\\_71.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/doc_trab_71.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2011.

SOUSA, Domingos Pereira de. **Olobai 75**. Baucau: Gráfica Diocesana Baucau, 2003. 98 p.

THOMAZ, Luís Filipe. **País dos Belos: Achegas para a compreensão de Timor-Leste**. Macau: Fundação Oriente/Instituto Português do Oriente, 2008. 428 p. (Memória do Oriente).

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **ECONOMIC BULLETIN**: Junho 2011. Dili, 2011. Disponível em: <[www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim29\\_June\\_11\\_en.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim29_June_11_en.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **ECONOMIC BULLETIN**: Março 2011. Dili, 2011. Disponível em: <[http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim28\\_Mar\\_11\\_en.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim28_Mar_11_en.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **ECONOMIC BULLETIN**: Dezembro 2010. Dili, 2010. Disponível em: <[http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim27\\_Dec\\_10\\_en%20.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim27_Dec_10_en%20.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **ECONOMIC BULLETIN**: Junho 2010. Dili, 2010. Disponível em: <[http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim25\\_June\\_10\\_en.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim25_June_10_en.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **ECONOMIC BULLETIN**: Dezembro 2009. Dili, 2009. Disponível em: <[http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim23\\_Dec\\_09\\_en.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim23_Dec_09_en.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **ECONOMIC BULLETIN**: Setembro 2009. Dili, 2009. Disponível em: <[http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim22\\_Sept\\_09\\_en.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim22_Sept_09_en.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **ECONOMIC BULLETIN**: Junho 2009. Dili, 2009. Disponível em: <[http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim21\\_june\\_09\\_en.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim21_june_09_en.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **ECONOMIC BULLETIN**: Dezembro 2008. Dili, 2008. Disponível em: <[http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim19\\_Dec\\_08\\_en.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim19_Dec_08_en.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **ECONOMIC BULLETIN**: Setembro 2008. Dili, 2008. Disponível em: <[http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim18\\_Sept\\_08\\_en.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim18_Sept_08_en.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **ECONOMIC BULLETIN**: Junho 2008. Dili, 2008. Disponível em: <[http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim17\\_June\\_08\\_en.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim17_June_08_en.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **ECONOMIC BULLETIN**: Setembro 2007. Dili, 2007. Disponível em: <[http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim\\_especial\\_esta\\_%20mon\\_%20pt.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/boletim_especial_esta_%20mon_%20pt.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **FUNDO PETROLÍFERO DE TIMOR-LESTE**: Relatório Trimestral Junho de 2011. Dili, 2011. Disponível em: <[http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/Quarterly\\_report24\\_pt.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/Quarterly_report24_pt.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **RELATÓRIO ANUAL: 2009/2010**. Díli, 2010. Disponível em: <[www.bancocentral.tl/Download/Publications/ABP%20\\_relatorio\\_anual\\_2009-10\\_pt.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/ABP%20_relatorio_anual_2009-10_pt.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **RELATÓRIO ANUAL: 2008/2009**. Díli, 2009. Disponível em: <[www.bancocentral.tl/Download/Publications/ABP\\_relatorio\\_anual\\_2008\\_9\\_pt.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/ABP_relatorio_anual_2008_9_pt.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **RELATÓRIO ANUAL: 2006/2007**. Díli, 2007. Disponível em: <[www.bancocentral.tl/Download/Publications/ABP\\_relatorio\\_anual\\_2007\\_pt.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/ABP_relatorio_anual_2007_pt.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **RELATÓRIO ANUAL: 2004/2005**. Díli, 2005. Disponível em: <[www.bancocentral.tl/Download/Publications/ABP\\_relatorio\\_anual\\_2005\\_pt.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/ABP_relatorio_anual_2005_pt.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **RELATÓRIO ANUAL: 2003/2004**. Díli, 2004. Disponível em: <[www.bancocentral.tl/Download/Publications/ABP\\_relatorio\\_anual\\_2004\\_pt.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/ABP_relatorio_anual_2004_pt.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **RELATÓRIO ANUAL: 2002/2003**. Díli, 2003. Disponível em: <[www.bancocentral.tl/Download/Publications/ABP\\_Relatorio\\_Anuual\\_2003\\_pt.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/ABP_Relatorio_Anuual_2003_pt.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste. **RELATÓRIO ANUAL: 2001/2002**. Díli, 2002. Disponível em: <[http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/BPA\\_Relatorio\\_anual\\_2002\\_Pt.pdf](http://www.bancocentral.tl/Download/Publications/BPA_Relatorio_anual_2002_Pt.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2011.

TIMOR-LESTE. Autoridade Nacional do Petróleo. **FIRST PRODUCTION FROM KITAN FIELD**. Disponível em: <<http://www.laohamutuk.org/Oil/Project/Kitan/ANPKitanProd11Oct2011.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

TIMOR-LESTE. Comissão de Economia Finanças e Anti-corrupção. **RELATÓRIO E PARECER PROPOSTA DE LEI N.º 42/II ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2011**. Disponível em: <<http://www.laohamutuk.org/econ/OGE11/CommCReportPt.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2011.

TIMOR-LESTE. Comissão de Economia Finanças e Anti-corrupção. **RELATÓRIO E PARECER PROPOSTA DE LEI N.º 42/II ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2010**. Disponível em:

<[http://www.laohamutuk.org/econ/OGE10/PN/RelatorioComC\\_OGE1017Nov09Pt.pdf](http://www.laohamutuk.org/econ/OGE10/PN/RelatorioComC_OGE1017Nov09Pt.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2011.

TIMOR-LESTE. Direção Nacional de Estatística. **CENSOS POPULACIONAL E HABITACIONAL 2010**. Disponível em:

<[http://www.dne.mof.gov.tl/published/2010%20and%202011%20Publications/Pub%203%20English%20web/Publication%203%20English%20Final\\_Website.pdf](http://www.dne.mof.gov.tl/published/2010%20and%202011%20Publications/Pub%203%20English%20web/Publication%203%20English%20Final_Website.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2011.

TIMOR-LESTE. Direção Nacional de Estatística. **TIMOR-LESTE EM NÚMEROS, 2010**.

Díli, 2011. Disponível em: <<http://dne.mof.gov.tl/upload/Timor-Leste%20in%20Figures%202010/Timor-Leste%20in%20Figures,%202010.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.

TIMOR-LESTE. Direção Nacional de Estatística. **TIMOR-LESTE EM NÚMEROS, 2009**.

Díli, 2010. Disponível em: <[http://dne.mof.gov.tl/upload/Publication%20Stored%20Room%202008/Timor\\_Leste\\_%20in\\_%20Figures\\_2009.pdf](http://dne.mof.gov.tl/upload/Publication%20Stored%20Room%202008/Timor_Leste_%20in_%20Figures_2009.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2011.

TIMOR-LESTE. Direção Nacional de Estatística. **TIMOR-LESTE EM NÚMEROS, 2008**.

Díli, 2009. Disponível em: <[http://www.dne.mof.gov.tl/upload/Publication%20Stored%20Room%202008/Timor\\_Leste\\_in\\_Figures\\_2008.pdf](http://www.dne.mof.gov.tl/upload/Publication%20Stored%20Room%202008/Timor_Leste_in_Figures_2008.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2011.

TIMOR-LESTE. Governo de Timor-Leste. **Arquivo Histórico: I Administração Transitória e Elaboração da Constituição**. Disponível em: <[http://timor-leste.gov.tl/?cat=25\(=pt#\)](http://timor-leste.gov.tl/?cat=25(=pt#))>. Acesso em: 10 out. 2011.

TIMOR-LESTE. Governo de Timor-Leste. **Divisões Administrativas**. Disponível em:

<[http://timor-leste.gov.tl/?p=91\(=pt#\)](http://timor-leste.gov.tl/?p=91(=pt#))>. Acesso em: 07 out. 2011.

TIMOR-LESTE. Governo de Timor-Leste. **Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030**.

Díli, 2010. Disponível em: <<http://www.laohamutuk.org/econ/SDP/2011/Plano-Estrategico-Desenvolvimento-TL3.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2011.

TIMOR-LESTE. Governo de Timor-Leste. **RESISTÊNCIA TIMORENSE ARQUIVO & MUSEU**. Díli: Gráfica Diocesana Baucau, 2002. 64 p.

TIMOR-LESTE. Ministério das Finanças. **RELATÓRIO ANUAL DO FUNDO PETROLÍFERO: Exercício Fiscal de 2010**. Díli, 2011. Disponível em:

<[http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2011/10/Relatorio\\_Anual\\_do\\_Fundo\\_Petrolifero\\_Exercicio\\_Fiscal\\_de\\_2010\\_Pt.pdf](http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2011/10/Relatorio_Anual_do_Fundo_Petrolifero_Exercicio_Fiscal_de_2010_Pt.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2011.



## ANEXO 1

<b>Benchmark Global</b>	
Governo dos EUA;	88,4%
Governos/Instituições supranacionais; USD, AAA	4,0%
Títulos de outros Governos (outras moedas; AU\$, EU, UK, JP)	3,6%
Outros títulos (ações de empresas internacionais)	4,0%
<b>Benchmarks subsidiárias</b>	
<b><u>Gestão interna pela ABP (80% da carteira de títulos global)</u></b>	
Governo dos EUA; 0-5 anos	100,0%
<b><u>Bank for International Settlements (20% da carteira de títulos global)</u></b>	
Governo dos EUA; 0-5 anos	52,0%
Governo dos EUA; 5-10 anos	10,0%
Governos/Instituições supranacionais; USD AAA	13,0%
Governos/Instituições supranacionais; USD AA	7,0%
Governo da Austrália	7,0%
Governos da zona Euro	7,0%
Governo do Reino Unido (Gilts)	2,0%
Governo do Japão	2,0%
<b><u>Schroeder Investment Management Limited (3-5% do Fundo)</u></b>	
Ações de empresas internacionais cotadas em bolsas de países desenvolvidos e constantes do MSCI World Index Net Dividend Reinvested	100%

Fonte: ABP